UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Eduardo Spinazzola

Museu do Território Líquido:

O Patrimônio Cultural na Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul

São Paulo

2018

Eduardo Spinazzola

Museu do Território Líquido:

O Patrimônio Cultural na Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul

Dissertação de Mestrado

Área de concentração - Projeto de Arquitetura

Linha de Pesquisa - Arquitetura e Cidade

Orientador - Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Spinazzola, Eduardo
Museu do Território Líquido: O Patrimônio Cultural
na Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul /
Eduardo Spinazzola; orientador Paulo Renato Mesquita
Pellegrino. - São Paulo, 2018.
169f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: Projeto da Arquitetura

1. Museus. 2. Patrimônio Cultural. 3. Drenagem
Urbana. 4. Desenho Urbano. 5. Meio Ambiente Urbano.
I. Pellegrino, Paulo Renato Mesquita, orient. II.
Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>>

Dedico este trabalho aos meus amores, Marisa e Joana

Agradecimentos

Aos meus pais, em memória, Gioacchino Spinazzola e Jeanette Kouak Spinazzola, pelos ensinamentos mais importantes da vida.

Aos meus irmãos Giovanni Spinazzola e Madalena Spinazzola que sempre me apoiaram em meu aprendizado.

Ao meu sócio, Chico Gitahy, pelo apoio às minhas ausências no escritório e pelas conversas sobre a dissertação.

Aos amigos que apoiaram este trabalho, seja na indicação de um livro, na troca de experiências ou em uma simples conversa.

Aos professores que me acompanharam nesse processo de aprendizado da dissertação, nas disciplinas cursadas, na banca de qualificação e nas conversas, Prof. Dra. Flávia Brito do Nascimento, Prof. Dra. Catharina P. Cordeiro dos Santos Lima, Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga, Prof. Dra. Helena Aparecida Ayoub Silva, Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone, Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin, Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins, Prof. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno, Prof. Dr. José Guilherme Schutzer, Prof. Dra. Marta Vieira Bogéa, Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima.

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino pelos ensinamentos e confiança.

Resumo

A importância de avançarmos na discussão de como tornar mais eficaz e significativo o uso e a conservação dos rios em nossas cidades, notadamente em trechos urbanos, mostra-se atualmente cada vez mais iminente, tanto pela expansão desordenada das áreas antropizadas, como pelo consequente alto nível de degradação dos cursos d'água e da vegetação. Tendo como contexto o estudo de caso da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul, a dissertação busca caracterizar os corpos d'água como uma paisagem infra-estrutural e multifuncional através da musealização do seu território de borda e das inter-relações deste com os demais elementos do patrimônio cultural da cidade. Orientada por essa base teórica, apresenta-se uma proposta de intervenção urbana que destaca a transformação da paisagem de borda dos corpos d'água em um lugar sensível, de qualidade ambiental e com um conteúdo museológico que gere uma apreensão sobre questões locais assim como sobre toda a sociedade. Uma proposta que adota como premissa a interdisciplinaridade, a valorização dos moradores, destacando seus usos e costumes, e a importância da memória como formadora e transformadora da identidade local, com reflexo direto no desenvolvimento social da própria população.

Palavras Chaves

museu, museologia, museu de território, patrimônio cultural, drenagem urbana, desenho urbano, meio ambiente urbano, arquitetura paisagística, paisagismo urbano, infra estrutura verde.

Abstract

The importance of moving forward on the discussion of how to make more effective and significant the use and conservation of rivers in our cities, in urban areas, it's imminent, as much by the disorderly expansion of the anthropized areas, as by the consequent high level of degradation of the water courses and vegetation. Taking as context the case study of the Estância Hidromineral of Monte Alegre do Sul, the dissertation seeks to characterize the bodies of water as an infrastructure and multifunctional landscape through the musealization of its border territory and the relations with the other elements of the cultural heritage of the City. Guided by this theoretical basis, an urban intervention that highlights the transformation of the border landscape of water bodies in a sensitive place, of environmental quality and of museological content that engenders apprehension about local issues and about the society as well. A proposal that adopts as a premise the interdisciplinarity, the valorization of the residents, highlighting their usages and customs, and the importance of memory as a transformation of local identity, with a direct development of the population itself.

Keyword

museums, museology, museum of the territory, cultural heritage, urban drainage, urban design, urban environment, landscape architecture, landscape urbanism, green infrastructure.

Lista de Fotografias

Fotografia 1: Ponte sobre o rio Camandocaia

Fotografia 2: Cidade vista do morro do Cristo Redentor (aproximadamente da década de 1950)

Fotografia 3: Muro de arrimo e calçamento da Rua dos Italianos

Fotografia 4: Tulha e adega do sítio Peterllini

Fotografia 5: Carnaval de rua em Monte Alegre do Sul

Fotografia 6: Rua Capitão José Inácio, 1958

Fotografia 7: Rua João da Serra, 2016

Fotografia 8: Prefeitura de Monte Alegre do Sul

Fotografia 9: Residências da Avenida Viriato Valente

Fotografia 10: Lux Hotel

Fotografia 11: Clube Primeiro de Outubro

Fotografia 12: Balneário Municipal

Fotografia 13: Estação Ferroviária

Fotografia 14: Calçamento de pedra

Fotografia 15: Casa sede da Fazenda Experimental

Fotografia 16: Fonte de água mineral próxima ao Santuário Bom Jesus

Fotografia 17: Fonte Obirici ou da Índia

Fotografia 18: Largo do Balneário Municipal

Fotografia 19: Vista do morro do Cristo Redentor, 2017 e 1950 (aproximadamente)

Fotografia 20: Cafezal e zona urbana ao fundo

Fotografia 21: Adega da Fazenda Peterllini

Fotografia 22: Fonte da Avenida Viriato Valente

Fotografia 23: Festa de Agosto (festa do padroeiro e do aniversário da cidade)

Fotografia 24: Ponte sobre o rio Camandocaia da antiga Companhia Mogiana

Fotografia 25: Existente – vista 1 - Encontro das ruas do bairro Jardim Girardelli ao Rio Camandocaia

Fotografia 26: Existente – vista 2 – Fonte Hidromineral e Estação da Companhia Mogiana

Fotografia 27: Existente – vista 3 - Ponte sobre a foz do Ribeirão Monte Alegre

Fotografia 28: Existente – vista 4 - Ponte sobre o Ribeirão Monte Alegre

Fotografia 29: Existente – vista 5 - Reservatórios de abastecimento de água do Município

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização do Município e demais cidades do circuito das águas

Mapa 2: Caminhos atuais de interligação dos Municípios

Mapa 3: Ortofoto de 1962

Mapa 4: Centro urbano de Monte Alegre do Sul

Mapa 5: Município inscrito na APA Piracicaba - Juqueri-Mirim – Área II

Mapa 6: Áreas vegetadas remanescentes

Mapa 7: Comparativo sobre a camada vegetada de 1962 e 2010

Mapa 8: Hidrografia da zona urbana

Mapa 9: Fontes e balneário na zona urbana

Mapa 10: Município inscrito na APA Piracicaba - Juqueri-Mirim – Área II e na UGRHI 5.

Mapa 11: UGRHI 5 - qualidade da água

Mapa 12: UGRHI - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana

Mapa 13: Comparativo do avanço sobre APPs de borda d'água de 1962 e 2010

Mapa 14: Proposta – Camada água superficial

Mapa 15: Proposta – Camada vegetação

Mapa 16: Proposta – Camada conexão

Mapa 17: Proposta – Camada água subterrânea

Mapa 18: Proposta – Camada transposição

Mapa 19: Implantação Existente

Mapa 20: Implantação Proposta

Mapa 21: Proposta – Ampliação 1

Mapa 22: Proposta – Ampliação 2

Mapa 23: Proposta – Ampliação 3

Mapa 24: Proposta – Ampliação 4

Lista de Ilustrações

Ilustração 1: Gráfico de distribuição Percentual de IAP e IVA – 2003

Ilustração 2: Diagramas jardim de chuva

Ilustração 3: Diagramas biovaletas

Ilustração 4: Diagramas canteiro pluvial

Ilustração 5: Diagramas lagoa pluvial

Ilustração 6: Diagramas teto verde

Ilustração 7: Diagramas cisternas

Ilustração 8: Corte AA – eixo – fonte – trem – rio – escola - fonte

Ilustração 9: Corte AA – eixo – fonte – trem – rio – escola – fonte

Ilustração 10: Proposta - vista 1 – Novos acessos do bairro Jardim Girardelli à borda do Rio Camandocaia

Ilustração 11: Proposta - vista 2 – Nova Praça da Fonte Hidromineral e Estação da Companhia Mogiana

Ilustração 12: Proposta - vista 3 – Ponte, passarela e novas interligações na foz do Ribeirão Monte Alegre

Ilustração 13: Proposta - vista 4 – Ponte e novas interligações com o Ribeirão Monte Alegre

Ilustração 14: Proposta - vista 5 – Novo parque junto aos reservatórios de abastecimento de água do Município

Lista de Abreviaturas

APA - Área de Preservação Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

Consórcio PCJ - Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.

IAP - Índice de Qualidade de Água para Fins de Abastecimento Público

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - Conselho Internacional de Museus

IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo

ITECEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana

IVA - Índice de Qualidade da Água para Proteção da Vida Aquática

ONU - Organização das Nações Unidas

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UGRHI - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Sumário

Resumo

Abstract

Lista de Fotografias

Lista de Mapas

Lista de Ilustrações

Lista de Abreviaturas

Introdução	14
Objeto	15
Objetivos	17
Estrutura da dissertação	18
Capítulo 1 – A Formação da Paisagem de Monte Alegre do Sul.....	19
Capítulo 2 - A Paisagem como Patrimônio Cultural.....	37
2.1. O Edificado, relações e usos	37
2.2. O Vegetado, relações e usos	55
2.3. As Águas, relações e usos	66
2.4. Considerações preliminares	91
Capítulo 3 - O Museu como articulador	102
3.1. A Museologia.....	103
3.2. O Museu do Território Líquido	111
Capítulo 4 – Considerações Finais	160
Bibliografia	163

Introdução

Este trabalho surgiu a partir de duas percepções antagônicas e complementares, o belo e o feio, o bom e o mal.

A primeira foi a percepção da bela cidade que é Monte Alegre do Sul, o encantamento por seu centro urbano e o reconhecimento imediato da qualidade da sua paisagem, formada pelos casarios de inspiração clássica, de denso volume, alinhados na calçada, emoldurados pelos morros, que já foram recobertos de “ouro verde”, durante o segundo ciclo de produção cafeeira, e que hoje a natureza se incumbiu, mais uma vez, de nos devolvê-los verdes.

Sua zona rural não é menos encantadora, pequenas estradas de terra, sítios, pousadas, fazendas e diversos alambiques.

A segunda percepção não foi do belo. Falamos das condições em que se encontram os córregos, o ribeirão e o rio que cruzam a zona urbana da cidade. A degradação da qualidade das águas e o isolamento de suas margens do convívio das pessoas, resultando na total ausência destes corpos d'água no cotidiano da cidade, situação desproporcional à sua importância para a vida.

Desse mal nasce a complementação ao belo, pois a feiura tem sua beleza pela possibilidade que apresenta, de mudança, de resgate, de melhoria.

É nesse espírito que nasce esse trabalho.

Objeto

Apesar da importância do rio Camandocaia e de seus afluentes, e da ligação histórica entre a Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul e a água, a relação atual entre a população local e o rio, o ribeirão e os córregos que cruzam a zona urbana central, é mínima. Essa perda de conexão transformou os corpos d'água em locais de despejo do sistema de drenagem e de esgotamento sanitário, ou em meros obstáculos para uma eventual rota de passagem, feita através de algumas pontes de pedestres e de carros. De maneira antagônica, o rio, suas águas e margens, parecem não fazer parte do sistema relacional e de funcionamento da cidade.

Entre as diversas questões que podem justificar essa condição atual está a falta de um sistema de saneamento básico com qualidade ambiental, que promova a manutenção das águas em consonância com seu ciclo, prevendo seu uso e sua posterior devolução ao meio ambiente de forma correta.

Outra questão é a ocupação desordenada da sua margem, uma vez que, desde a metade do século XIX, as primeiras edificações foram orientadas com o fundo voltado para os cursos d'água, já prevendo seu uso como local de descarte. Progressivamente essa situação se agravou com o adensamento promovido através do uso de técnicas mais agressivas que resultaram em uma maior aproximação entre as construções e os rios e ribeirões. Dentro disso, a evolução de uma conscientização ambiental e das primeiras regulações de preservação tiveram pouco impacto sobre a situação que se estabelecia.

Mesmo nos trechos onde o rio ou os ribeirões cruzam a cidade, ainda de forma mais natural, protegidos pela vegetação ciliar, eles apresentam-se distantes de proporcionar um maior benefício de lazer ou paisagístico para a população. Não existe qualquer integração na passagem desses corpos d'água pela cidade com o cotidiano das pessoas, seja com o fluxo de circulação, com os equipamentos públicos e privados de lazer e de educação ou com os estabelecimentos comerciais e de serviço. Todos esses usos e atividades acontecem ao seu redor, de forma muito próxima, mas ao mesmo tempo desconectados do rio.

Como em tantas outras cidades, observa-se, no recorte da zona urbana central de Monte Alegre, a falta de um planejamento urbano que possa orientar formas de integração entre os seus rios e a cidade, que literalmente dá as costas para suas bordas d'água.

A possibilidade de transformação dessa realidade passa necessariamente pela valorização, através da população local, dos cursos d'água como bens de uso comum e de fundamental importância à vida. Esta ação carrega uma indispensável compreensão do território, da sua formação física e humana em constante transformação, e da reestruturação dessa paisagem através da intensa interação de todos os demais elementos formadores do Patrimônio Cultural da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul.

Objetivos

Considerando o recorte da zona urbana central da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul, a pesquisa buscou caracterizar o rio, ribeirões e córregos como uma paisagem Infraestrutural e Multifuncional, investigando formas de avançar na discussão de como tornar mais eficaz e significativo o uso e a conservação dos nossos rios.

Através de uma revisão bibliográfica, a pesquisa explorou conceitos patrimoniais e museológicos pelos quais as bordas d'água possam se tornar articuladoras dos espaços da cidade, resgatando sua vocação como espaço público livre de uso comum do povo a fim de ressaltar sua função de receber e fomentar o exercício da cidadania.

Ressaltando o conceito de Patrimônio Cultural, onde os valores materiais e imateriais são indissociáveis, inter-relacionados e entendidos como parte integrante da complexidade urbana e das demais disciplinas de estudo das cidades, a pesquisa almejou através de um projeto conceitual de musealização do território de borda d'água, apresentar uma alternativa de diálogo com o contexto e com as camadas históricas que se apresentam em Monte Alegre do Sul.

Este ensaio projetual buscou através de uma abordagem contemporânea e interdisciplinar, a integração dos corpos d'água aos demais espaços públicos e privados, livres ou construídos da cidade. Onde a pluralidade e flexibilidade possam ser a base de um diálogo entre sistemas naturais e antrópicos, e de novas perspectivas sobre o patrimônio cultural da cidade que proporcionem um desenvolvimento social da comunidade local.

Estrutura da dissertação

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O *Capítulo 1* apresenta como se deu, historicamente, a formação da paisagem da cidade, de forma cronológica e contextualizada com fatos determinantes, sejam econômicos, sociais ou políticos. O capítulo encerra-se com um panorama atual do município, baseado em dados estatísticos, onde busca-se caracterizar a vocação mais evidente da cidade.

O *Capítulo 2* está estruturado a partir da premissa deste trabalho, de conceituação sobre o valor do Patrimônio Cultural de Monte Alegre do Sul, ressaltando seus bens patrimoniais e suas relações cognitivas, formais, afetivas, pragmáticas e éticas que são de fundamental importância para a construção do vínculo memorial e para a formação e transformação da identidade individual e coletiva da população local. Dentro disso, são ressaltadas as deficiências e virtudes do patrimônio, seus valores materiais e imateriais, suas relações e vínculos ligados ao cotidiano da comunidade.

O *Capítulo 3* apresenta um ensaio projetual sobre o recorte proposto da zona urbana central, onde busca-se, através da musealização do território de borda d'água, um novo olhar a partir da valorização do patrimônio cultural local. Para tanto, inicialmente é feita uma revisão bibliográfica sobre as bases recentes da museologia, especialmente sobre seu direcionamento para as questões sociais, e para os questionamentos e conflitos da sociedade contemporânea.

Nas *Considerações Finais* são ponderados os pontos fundamentais, limitações e as estratégias da pesquisa no exercício de alcançar seus objetivos.

Capítulo 1 – A Formação da Paisagem de Monte Alegre do Sul

A Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul localiza-se a leste do Estado de São Paulo, formalmente pertencente à região Administrativa de Campinas¹, e compõe juntamente com outras dez cidades, o Circuito das Águas Paulista. (Mapa 1)

A pequena cidade de 110,306km² e apenas 7.589 habitantes, sendo 4.624 residentes na zona urbana e 2.975 na zona rural², originou-se como rota de passagem entre Amparo, e os até então, povoados de Socorro e Serra Negra. Ao início formou-se como distrito de Amparo, e em 1948, foi emancipado para município. Antes disso, essas terras fizeram parte dos Municípios de Bragança Paulista e Atibaia, respectivamente.

Estes caminhos de ligação entre povoados formavam trechos de rotas maiores, que foram abertas por sertanistas, provavelmente, desde meados do século XVIII. É bem provável, que uma das rotas de maior importância na região, que fazia a ligação das cidades do sul de Minas Gerais à Campinas, passava por Amparo e por bairros que hoje fazem parte do Município de Monte Alegre do Sul (LIMA, 2010).

A abertura destes caminhos estaria ligada, em hipótese levantada por Lima (2010), com a busca e o escoamento do ouro. A intensa comercialização deste metal, que seguia principalmente da região de exploração mineira para os portos paulistas, gerava também disputas na delimitação de fronteiras entre Minas e São Paulo e poderia ser apontada como indutora das primeiras explorações do território e posteriormente dos primeiros povoamentos.

¹ Divisão criada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para identificar áreas geográficas compostas por vários municípios que tenham similaridades econômicas e sociais. Esta divisão tem fins estatísticos e não constitui uma entidade política ou administrativa. Fonte : < <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/mp-reg-adm.htm> > acessado em 22 de outubro de 2017.

² Dados de 2017. Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados). Fonte: < <http://www.seade.gov.br/> > acessado em 22 de outubro de 2017.

Mapa 1: localização do Município e demais cidades do circuito das águas

Fonte: base do google earth, modificada pelo autor

Ainda se guardam registros do antigo caminho que ligava Amparo e Monte Alegre, como a antiga ponte sobre o rio Camandocaia (Fotografia 1). É possível, a partir da análise do traçado dessa rota, perceber a procura por caminhos menos íngremes, que pudessem acompanhar o leito do rio e também evitar o cruzamento sobre este, e com isso, esquivar-se da árdua construção de pontes de travessia. (LIMA, 2010).

A partir desses caminhos, registram-se as primeiras informações sobre a construção inicial de um núcleo urbanizador. Uma publicação local, de 1947, chamada *Cidade Presépio*, relata que onde hoje se localiza a praça central, foi construída por volta de 1868, uma capela em devoção ao Senhor Bom Jesus.

Outro documento onde é relatada a formação do primeiro núcleo do povoado é um artigo de 1917, publicado na revista *Voz do Santuário* (PACE, 2016, p. 18), onde fica clara a intenção da construção da capela neste local, e que a mesma servisse como “sede de uma povoação que tivesse por fim a adoração do Santo que deveria ser seu padroeiro”.

Provavelmente esse ponto da atual praça central e construção da capela, seria o entroncamento do caminho que, vindo de Amparo, bifurcava e seguia em direção a Socorro e a Serra Negra. (Mapa 2)

Local de reunião e celebração religiosa, movimentada também por romarias que para ali começaram a se dirigir, a capela também tornou-se indutora e consolidadora de uma primeira centralidade, formatando um largo orientador dos três caminhos que se confrontavam a ele.

Fotografia 1: Ponte sobre o rio Camandocaia

Fonte: LIMA, 2010, p.69

Mapa 2: Caminhos atuais de interligação dos Municípios

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo(IGC), modificada pelo autor.

O núcleo urbano avança no seu crescimento, atestado pelo registro em 1886, na Câmara de Amparo, município ao qual o povoado estava vinculado até então, da necessidade de criação de um distrito policial em razão do avanço do crescimento ao redor da Capela do Bom Jesus.

[...] que este bairro é muito populoso, que há ali um começo de povoação que tem se desenvolvido grandemente, havendo presentemente cerca de cinquenta casas habitadas e alguns estabelecimentos comerciais, que tem também uma Capella onde se celebrarão os Officios Divinos, havendo constantemente muito povo reunido (LIMA, 2010, p.83).

Alguns anos depois, em 1899, concretizou-se com a participação dos moradores que formaram uma comissão de obras, a construção da Capela Mor, já assumindo a localização atual. A nova igreja, que só seria concluída por volta de 1914, passou a ocupar uma posição de maior destaque em ponto mais alto, no pé do morro, liberando o antigo terreno para que este se configurasse na praça central da cidade.

Percebe-se nesse processo, também por outras medidas, como desapropriações e a construção de infraestruturas, um senso de urbanidade e de intenção para a organização do desenho da cidade (LIMA, 2016).

Ao observarmos a ação do homem na organização e ocupação urbana de Monte Alegre do Sul percebemos que ela está diretamente influenciada pela topografia local de Mares de Morros, caracterizada pela sequência de pequenas montanhas e uma rede hidrográfica extremamente densa.

Em oposição à abrupta escalada para quem vem da região litorânea, o reverso continental da Serra do Mar, inclina-se suavemente com uma topografia mamelonar, típica do complexo cristalino, chegando assim à depressão periférica.

“As regiões serranas do planalto atlântico brasileiro, com suas paisagens de morros mamelonares e pequenos maciços montanhosos, acidentados e irregulares, criaram sérios problemas para a localização das aglomerações urbanas” (Ab’Saber, 2007, p.93).

A cidade nasce acompanhando o fundo do vale do ribeirão Monte Alegre e desenvolve-se de forma linear a este, acanhada entre os morros, mas seguindo uma racional acomodação morfológica ao longo dos trechos de terrenos mais planos, invariavelmente junto aos corpos d'água (Fotografia 2).

Fotografia 2: Cidade vista do morro do Cristo Redentor (aproximadamente da década de 1950)

Fonte: acervo do autor

Como apresentado na ortofoto de 1962 (Mapa 3), o núcleo principal inicia uma expansão para novos bairros, que não mais respeitam a topografia local e desafiam a ocupação dos morros com traçados ortogonais de ruas, desastroso para o fluxo e também para a implantação dos lotes e construções.

Um exemplo oposto a este seria o sítio urbano de Petrópolis, que criou um sistema de ruas infiltradas nas tramas de fundo de vales, que se conectam na planície principal formando um conjunto adaptado à morfologia local. Solução diferente da observada nas cidades mineiras, que na velocidade e riqueza trazida pela exploração do ouro, passaram a ocupar encostas, com ruas íngremes, transversais e tortuosas (Ab'Saber, 2007).

Ao tratarmos das modificações da estrutura territorial e social da zona urbana e rural do Município, também é fundamental destacar o grande avanço da cultura de café na região, que foi iniciada por volta de 1830, motivada em grande medida por agentes externos.

A proibição do tráfico internacional de escravos em 1850, determinada pela Lei Eusébio de Queirós, levou a uma grande limitação no uso da mão de obra escrava, que somada ao esgotamento do solo, contribuíram de forma determinante para o declínio da principal região produtora de café do Estado que era o Vale da Paraíba e, desta forma, deslocando gradativamente as áreas cultiváveis para o chamado oeste paulista³.

Também favoreceram a ampliação da produção nesta região, a oferta de terras mais baratas e a grande demanda internacional, influenciada pela independência americana e a instituição do imposto sobre o chá, que era importado da metrópole inglesa, e motivou uma importação subsidiada do café brasileiro no começo do século XIX.

³ Este termo não faz referência ao oeste geográfico do Estado de São Paulo, mas sim à região de divisa com Minas Gerais e que se posiciona à oeste do Vale do Paraíba, até então o maior polo de produção de café no Estado.

Mapa 3: Ortofoto de 1962

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo(IGC), modificada pelo autor.

Outro dado importante para a rápida adaptação dos fazendeiros da região de Monte Alegre do Sul aos novos tempos e que justifica o período de grande prosperidade, foi o fato de já terem introduzido, desde pelo menos 1840, o trabalho livre em suas propriedades. Os imigrantes recebiam transporte, casa e área cultivável em troca de parte do rendimento com a plantação do café.

Colonos portugueses, suíços, alemães e mais tardiamente, austríacos e italianos, os da região do Trentino⁴, do Veneto e da Lombardia, foram de grande importância como mão de obra nesse sistema chamado de “parceria”, mesmo considerando os diversos conflitos na relação de trabalho entre colonos e fazendeiros.

Ainda hoje, a cidade de Monte Alegre e a região, guardam grande influência desta imigração, afinal, muitos herdeiros ainda permanecem nas suas terras, alguns cultivando café ou produzindo vinho e garapa, e outros adaptaram-se aos demais afazeres que o desenvolvimento da cidade possibilitou.

A ambientação ao lugar parece ter sido facilitada por algumas semelhanças com a terra natal, como o clima ameno e o solo pedregoso da região, que também favoreceu um tipo de construção, com uma técnica já conhecida pelos imigrantes da região montanhosa do Trentino, a cantaria de pedras brutas.

Além de muros de arrimos e pequenas construções (Fotografia 3), que são encontradas tanto na zona rural como urbana, chamam a atenção as tulhas de café, que em muitas situações também adquiriram a função de adegas (Fotografia 4). A necessidade de um local que servisse para o armazenamento do café e também fosse propício para a produção e guarda do vinho, herança esta, também trazida da cidade natal, fez com que esses imigrantes construíssem um tipo de edificação totalmente adaptada ao território (LIMA, 2010).

⁴ Região do Trentino, até então pertencente ao Império Austríaco. Depois da primeira guerra mundial a região foi unificada e passou a pertencer à Itália. A unificação seguiu sendo questionada, inclusive com atos violentos. Em 1972, foi aprovado um estatuto onde as províncias de Trento e Bolzano, que compõe a região do Trentino, foram consideradas autônomas, com poderes legislativos e administrativos.

Fotografia 3: Muro de arrimo e calçamento da rua dos italianos

Fonte: acervo do autor

Fotografia 4: Tulha e adega do sítio Peterllini

Fonte: acervo do autor

Construída com material local, como as pedras removidas do terreno durante a abertura das covas da plantação ou usando em conjunto os tijolos de barro, as telhas – adegas, foram feitas em dois pavimentos, encaixadas nas encostas, aproveitando a topografia em grande desnível da região. O andar inferior, parcialmente encostado no terreno, propicia uma temperatura ideal para o envelhecimento do vinho na adega. Já a parte superior, acessível em nível pela parte alta do talude, recebe sol e mostra-se ideal para a guarda do café.

Em paralelo a este processo de cultivo intensivo do café, também avançava a construção das linhas férreas em direção ao interior. Essenciais para o escoamento da produção, foram encampadas por fazendeiros e negociantes da região. Consequentemente promoveram um grande desenvolvimento local, por propiciar, além dos ganhos econômicos, o transporte rápido de pessoas, e a chegada de muitos produtos vindos de outras regiões.

O acesso ao Porto de Santos já era feito desde 1867, a partir da inauguração da estrada de ferro da São Paulo Railway, que ligou Santos a Jundiaí. Posteriormente foi criada a Companhia Paulista, que em 1872 ampliou essa ligação até Campinas. Finalmente, em 1875, a Estrada de Ferro Mogiana alcança a região, chegando a Amparo, sendo que em 1890 é inaugurado o ramal que alcança Monte Alegre e posteriormente a cidade de Socorro.

A exploração intensiva da terra com a produção cafeeira na região desde meados do século XIX, trouxe muita riqueza e provocou sem dúvida muitas mudanças, inclusive na cobertura vegetal original.

“[...]a maior parte dos espigões amorreados, desde as suas encostas mais baixas até o topo das elevações, foi destituída de sua antiga cobertura florestal...”

[...Foi assim que uma história de agricultura itinerante, extensiva e depredativa, deixou à retaguarda um território reduzido a um grau de rendimento econômico extremamente baixo e paisagens rurais medíocres. Em nenhuma parte do país a desforra da natureza

tropical úmida sobre as atividades de uma centenária agricultura predatória se fez sentir tão calamitosamente quanto na porção oriental dos morros cristalinos de São Paulo, no Sul de Minas e no Sudeste do Rio de Janeiro” (Ab’Saber, 2004, p.28 -29).

Após décadas de prosperidade econômica, relacionada ao cultivo do café, pode-se elencar também algumas consequências negativas ligadas a este processo, como a grande supressão da vegetação primária e conseqüentemente da fauna, o empobrecimento do solo pela produção intensiva da monocultura, que gerou também uma baixa adaptabilidade do agricultor à novas culturas, sentida durante o período da grave crise na economia cafeeira.

A crise do café do começo do século XX, se deu pelo descontrolado aumento da safra, muito além da demanda de consumo interno e externo, e foi agravada pela quebra da bolsa de Nova York, em outubro de 1929, que fez a cotação da saca de café cair cerca de 90% em apenas três meses, de outubro de 1929 a janeiro de 1930. Nessa época o governo brasileiro passou a subsidiar a compra do café excedente e queimar os estoques a fim de amenizar as perdas. Outro fator a ser considerado para o agravamento da crise, foi a perda de mercado, dada a baixa qualidade do café exportado em relação a outros países produtores, como a Colômbia.

Relacionada a estes fatos, e com grande influência na cidade e na região, seja pelo trabalho desenvolvido ou pela beleza do seu conjunto arquitetônico e também pela memória que muitos moradores têm sobre esse lugar, está a Estação Experimental de Monte Alegre do Sul, que guarda uma posição de destaque na região, desde que foi criada em 1942, ligada ao Instituto Agrônomo de Campinas.

Mesmo considerando a legitimidade da crítica que pode ser feita a um projeto criado a reboque de uma crise e não baseado em uma política de planejamento, as pesquisas realizadas na Estação Experimental buscaram suprir as necessidades apresentadas, e tinham foco em reorganizar a produção cafeeira, abrir a perspectiva de cultivo de novas culturas e também promover a reconstituição florestal com espécies nativas.

Em 2000, uma reorganização da Secretaria do Estado de São Paulo, criou no lugar da Estação, a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), e em 2002, no mesmo local, o Polo Regional do Leste Paulista, que abrange 28 municípios da região e busca reunir pequenos e médios produtores com vocação para a agricultura familiar.

Nos últimos anos houve um grande abandono, por parte do Governo do Estado de São Paulo, dos seus institutos e fundações de pesquisa, um anunciado desmonte que foi seguido em 2016 pela tentativa de venda de diversas propriedades desse importantíssimo patrimônio. Tal perspectiva, agrava ainda mais as possibilidades de vermos um necessário investimento em pesquisa, objetivando uma zona rural moderna e desenvolvida, com alto grau de produtividade, aliando o respeito pelo meio ambiente e o bem estar social.

Atualmente a economia do município gira em torno do turismo, da agricultura, destacando-se a produção de morango e plantio de eucalipto, e da indústria, setor que decaiu muito nos últimos anos, em relação às médias do Estado, mas que ainda emprega 22% dos trabalhadores formais do município, segundo os dados de 2015 do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Apesar de existirem poucas indústrias em Monte Alegre, a forte demanda da região acaba por absorver também a mão de obra local, ocasionando deslocamentos diários para municípios vizinhos.

Os setores de comércio e serviços tem tido, nos últimos anos, grande crescimento, chegando, em 2015, respectivamente em 14,72% e 53,44% dos empregos formais⁵.

A programação turística da cidade é bastante intensa e diversificada durante todo ano. São eventos esportivos, como maratonas, passeios e competições ciclísticas. Também o carnaval (Fotografia 5), que conta com desfiles de blocos pelas ruas da cidade e a festa do morango, durante sua safra no mês de julho. Na zona rural são frequentes os passeios pelas estradas de terra,

⁵ Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, < <http://www.perfil.seade.gov.br/>> acessado em novembro de 2017.

para o banho em algumas cachoeiras ou para a visitação de antigas fazendas de café e também dos cerca de 50 alambiques de produção de cachaça artesanal.

O Santuário do Bom Jesus guarda um importante papel na comunidade, com uma ligação que se originou na construção da primeira capela e na formação do primeiro núcleo urbano, como descrito anteriormente. A igreja se mantém como grande ponto focal, seja pelo turismo religioso que acompanha as grandes celebrações, como também, pelo convívio cotidiano dos moradores. Entre os principais eventos religiosos estão a semana santa, que conta com a tradição do *fecha corpo* e a festa de agosto, quando se comemora o aniversário da cidade e se homenageia seu padroeiro, com uma romaria e a celebração de missa.

Apesar da proximidade com São Paulo e com outros municípios maiores, Monte Alegre do Sul, ainda se apresenta como um lugar extremamente pacato, onde se cultiva a passagem do tempo como quem cuida de algo precioso, de muito valor, algo maior que o desenvolvimento das grandes cidades pode te oferecer. Talvez a conjunção de alguns fatores leve a isso, como a morfologia da paisagem, onde o centro urbano, comprimido entre os morros, e de costas para os rios, tem poucas alternativas de expansão. Aliado a isso, a economia incipiente e a baixa demografia não criam forças para especulação da terra ou para gerar maior pressão social, mantendo a estrutura física da cidade praticamente estática.

Os últimos dados apresentados, sobre o forte crescimento dos setores de comércio e serviço, que entre 2011 e 2015 dobraram sua participação nos empregos formais do Município, podem ser um indicador do potencial turístico a ser explorado, tanto na zona rural como urbana de Monte Alegre do Sul. Mas que seja através de um crescimento orientado, privilegiando o cotidiano e a qualidade de vida dos moradores locais, modelo claramente mais complexo em sua organização, porém, menos sazonal e exploratório.

Fotografia 5: carnaval de rua em Monte Alegre do Sul

Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=bvM5VnUZ5mw>> acessado em 22/11/2017

Capítulo 2 - A Paisagem como Patrimônio Cultural

2.1. O Edificado, relações e usos

A zona urbana da cidade conta com um conjunto arquitetônico característico da segunda metade do século XIX e primeira do século XX. (Fotografia 6)

O tecido urbano do centro é estruturado basicamente por três ruas paralelas e algumas travessas, sendo a grande maioria com calçadas bastante estreitas e com pouca ou nenhuma arborização junto ao passeio, formando um conjunto edificado denso, de alta porcentagem de ocupação dos lotes. (Mapa 4)

Fotografia 6: Rua Capitão José Inácio, 1958

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / autor: Antonio José Teixeira Guerra e Tibor Jablonsky

Mapa 4: centro urbano de Monte Alegre do Sul

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A (EMPLASA), modificada pelo autor.

A grande maioria das edificações é caracterizada pelas fachadas de *porta e janela* alinhadas nas calçadas, e evidenciam a tradição clássica, tanto pelas composições simétricas das fachadas, perfeitamente equilibradas entre cheios e vazios, como também pelas ornamentações de pilastras, frisos, áticos e beirais em cimalha. (Fotografia 7)

Alguns edifícios de maior porte contam com ornamentações mais suntuosas, como o sobrado que abrigou até recentemente a Prefeitura Municipal (Fotografia 8), com pilastras decoradas com capitéis e cimalhas muito detalhadas. Outros têm ornamentação mais singela, mas ainda sim seguindo os mesmos preceitos de composição.

É possível destacar algumas intervenções já influenciadas por movimentos modernizadores da construção, resultado do processo de industrialização, que vinha no início do século XX desbravando até mesmo as regiões mais longínquas. Podem-se citar algumas ornamentações que remetem a símbolos industriais, como chapas, porcas e parafusos ou áticos em arco (LIMA, 2011). (Fotografia 9)

Também vale ressaltar, como parte desse processo, o edifício do Lux Hotel, que abrigou o hotel da cidade, inaugurado em 1941, e que exhibe suas fachadas em estilo Art Decó (LIMA, 2011). (Fotografia 10)

Outro movimento, ocorrido nos anos 40, foi a construção e reforma de alguns edifícios que retomaram, de forma atemporal, os elementos da arquitetura colonial. A reforma do Clube Primeiro de Outubro, e as construções do Balneário Municipal e da Estação Experimental exemplificam esse período. (Fotografia 11 e 12)

Fotografia 7. Rua João da Serra, 2016

Fonte: acervo do autor

Fotografia 8: Prefeitura de Monte Alegre do Sul

Fonte: acervo do autor

Fotografia 9: Residências da Avenida Viriato Valente

Fonte: acervo do autor

Fotografia 10: Lux Hotel

Fonte: acervo do autor

Fotografia 11: Clube Primeiro de Outubro

Fonte: acervo do autor

Fotografia 12: Balneário Municipal

Fonte: google maps, <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em 01.08.2016

Tal fato não está desvinculado da mobilização que se desenvolvia nacionalmente de valorização da cultura nacional, onde houve diversas ações, entre elas a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 e a implementação do Decreto Lei 25/37 que constituiu o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os conceitos e critérios iniciais na área preservacionista sofreram grande influência do Movimento Moderno, e de certa forma refletiam a busca pelo objeto idealizado moderno. Assim, procuravam exaltar a arquitetura colonial como sendo o modelo estético do que representava a identidade nacional.

Tal investida tão veemente ficou conhecida como *estilo patrimônio*, e se mostrou de forma marcante no tombamento da cidade de Ouro Preto, e na adoção pelo SPHAN de diversas medidas que procuravam preservar, resgatar ou até mesmo modificar algumas edificações.

Algumas edificações, construídas a partir de uma estética clássica, foram modificadas para que adotassem, por exemplo, telhados de duas águas, telha canal, beiral encachofrado, janelas em guilhotina, entre outras características específicas da arquitetura colonial.

Dessa forma, coloca Lia Motta em *O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*:

A responsabilidade do Patrimônio como promotor dessa imagem tradicional foi apurada também em outras fontes, uma vez que é reconhecido existir uma continuidade espontânea das características das construções em cidades do interior do Brasil e na arquitetura popular rural. (MOTTA, 1987, p.113)

Certamente é possível identificar em Monte Alegre do Sul as subseqüentes reformas e alterações que se fazem presentes em diversas edificações, e também os diversos períodos e estilos sobrepostos. Porém, é perfeitamente possível ressaltar a qualidade global do conjunto arquitetônico, assim como a preservação, de forma geral, de suas linhas caracterizadoras.

A importância do entendimento desse processo histórico, de origem e transformação da cidade, fica clara através da citação de Milton Santos:

Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 2006, p. 33).

Nesse sentido, é possível fazer um paralelo entre a colocação de Milton Santos e a de Antônio Arantes, sobre as cidades e suas edificações, que sofrem um processo natural de contínua modificação ao longo tempo.

Essas realidades [...] assim como são criadas, nutridas e aprimoradas, elas podem ser modificadas ou abandonadas no constante fluxo da vida coletiva, onde preservação e destruição são faces da mesma dinâmica pela qual as estruturas sociais se reproduzem e se transformam. (ARANTES, 2009, p.11).

A valoração que as camadas heterogêneas podem agregar ao conjunto deve ser citada como uma virtude, se fugirmos das concepções, por vezes rígidas, de determinação de valor a certos estilos e períodos, colocados como *emblemáticos* pela academia, pelos órgãos de preservação, ou pela própria sociedade.

[...] é nessa heterogeneidade fragmentária que se pode ter, no tecido urbano, um 'sentido do passado' e não num ilusório congelamento do documento num estado irrealizável de integridade original. (MENESES, 2006, p.45).

Grande parte desse patrimônio arquitetônico de Monte Alegre do Sul, foi construído graças aos recursos advindos da intensa produção de café na região. Como detalhado, quando tratamos sobre a história de desenvolvimento da cidade, iniciou-se o cultivo do café na região por volta de 1830, e a nova cultura se adaptou bem à terras dos vales de Monte Alegre e entorno.

A agitação econômica desencadeada pela produção cafeeira, também contribuiu para fundação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, tendo sido concluído em 1890 o ramal de ligação até Monte Alegre do Sul.

Toda essa rede ferroviária servia ao escoamento da produção do café, mas também era utilizada como meio de transporte de passageiros e envio de encomendas, por sinal de forma muito mais rápida e eficiente do que se havia podido experimentar até então, abrindo enormes possibilidades de crescimento para a região. É curioso pensar que, somente há pouco mais de cem anos, os moradores de Monte Alegre e de tantas outras cidades semelhantes, ainda dependiam de carros de boi e de poucos ônibus para seu transporte.

Este ramal foi desativado em 1966, mas a memória ligada a esse patrimônio permanece em Monte Alegre. Percebe-se a identificação pelos moradores mais antigos, onde falas saudosistas guardam o orgulho pelo progresso que as viagens de trem proporcionaram. Também pela guarda e exposição, aberta à visitação, da locomotiva e de um vagão, restaurados e estacionados ao lado do edifício da antiga estação ferroviária, que pela perda de função, teve seu uso alterado para abrigar a biblioteca municipal. (Fotografia 13)

Outros tantos exemplos de edificações, de inegável qualidade arquitetônica, estão espalhadas pela zona urbana da cidade e constituem um patrimônio de grande valor, seja pelo caráter histórico, por questões formais, ou pelo uso de técnicas específicas, como as paredes feitas de taipa de mão ou pilão, os calçamentos e muros de cantaria de pedras (Fotografia 14), ou as paredes de tijolos de barro cozido.

Fotografia 13: Estação ferroviária

Fonte: acervo do autor

Fotografia 14: Calçamento de pedra sob revestimento de cimento

Fonte: acervo do autor

Tão importante quanto os valores materiais, essas edificações guardam também outras relações e valores na memória dos moradores, como no caso da estação ferroviária, citado acima.

“[...] se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se.” (MENESES, 2012, p.31)

É possível também falar dos vínculos afetivos ligados ao clube da cidade (Clube Primeiro de Outubro), localizado na praça central, e hoje de certa forma subutilizado em suas funções, mas que guarda um tempo de prestígio quando foi local tradicional de festas e eventos, lembrado por muitos moradores.

Já citamos a ligação histórica e afetiva dos moradores com a grandiosa instalação da Estação Experimental (Fotografia 15). A força da materialidade poderia ser indicada como vínculo primordial somente pela imponência das suas edificações, porém, talvez outros fatos possam ter contribuído, e continuar contribuindo, para essa ligação. Poderíamos nos referir ao fato de que sua construção ocorreu com a intenção de se realizar um resgate da produção agrícola da região, e poderíamos pensar qual seria a amplitude disso em meio à fortíssima recessão causada pela crise do café, que levou à falência diversos negócios. Poderia contar também, o fato de ter sido implantada por grande incentivo de um montealegrense, Sebastião José de Carvalho e Castro, que ocupava o cargo de Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, e através do seu conhecimento da região, aconselhou que a implantação da Estação Experimental fosse realizada em Monte Alegre. Outra questão é ressaltar o valor de uso desse bem patrimonial, pois a Fazenda Experimental continua desempenhando um serviço importantíssimo de pesquisa sobre diversos produtos, contribuindo para o desenvolvimento rural da região.

Fotografia 15: Casa sede da Fazenda Experimental

Fonte: acervo do autor

O Santuário do Senhor Bom Jesus de Monte Alegre, também deve ser destacado como um importante patrimônio cultural da cidade, que estabelece diversas relações, entendidas a partir de seus valores materiais e imateriais. A começar pela própria ligação histórica com a fundação da cidade, onde a construção do primeiro oratório em devoção à imagem do Bom Jesus, juntamente com as peregrinações e missas campais ali realizadas, contribuíram para um processo de atração e fixação urbana.

A participação popular sempre esteve presente ao lado da instituição religiosa. Evidência disso são os registros em ata, desde 1895, das reuniões da Comissão de Obras para construção da igreja atual. A edificação, de inspiração renascentista, seguiu em obras e projetos por longo período, e com diversas paralizações, até assumir a volumetria definitiva por volta de 1914. Seu acabamento externo, e as pinturas no interior, foram concluídas somente em 1930, estas, com o trabalho de D. de Rocco, que também elaborou a decoração interna da Igreja Matriz de São Luiz de Paraitinga (LIMA, 2016).

Essa ligação popular permanece até hoje, com participação ativa dos moradores nas missas, eventos e festas religiosas, e é esta prática social em interação constante com o bem material que resulta nos valores mais expressivos da nossa cultura.

“Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio”. (MENESES, 2006, p.36)

Como visto, o patrimônio edificado de Monte Alegre e suas relações de valor podem ser descritos por diversas perspectivas e enfoques, porém, é no conjunto da cidade que se tem uma leitura mais clara das camadas históricas que a compõem, da sua formação e transformação em vínculo direto com a comunidade local. Também da sua relação com o patrimônio ambiental, o ambiente vegetado e suas águas, sistemas estes que serão detalhados nos capítulos seguintes.

2.2. O Vegetado, relações e usos

Olhando para a configuração territorial de Monte Alegre, composta por seus elementos naturais e antrópicos, percebemos que o trecho urbano está implantado no fundo do vale, junto aos corpos d'água e envolto por morros recobertos por uma vegetação densa.

Esta paisagem, entendida como um recorte visual (SANTOS, 2006, p.67), propicia o olhar ao urbano, emoldurado por esses morros vegetados, e está de certa forma assegurada. Isso porque, como forma de proteção ao patrimônio ambiental, onde estão incluídas diversas bacias hidrográficas, a região está inserida em uma Unidade de Usos Sustentável, dentro da categoria de conservação denominada Área de Proteção Ambiental (APA) Piracicaba - Juqueri-Mirim – Área II⁶. (Mapa 5)

A criação desta área de proteção é justificada na legislação, pela conservação dos mananciais e da qualidade dos corpos hídricos, para garantia do consumo humano, resguardando-se principalmente do avanço industrial na região.

Isto porque, as sub-bacias do rio Piracicaba, que estão protegidas pela delimitação da APA área II, são de extrema importância para o abastecimento da cidade de São Paulo e também de toda região coberta por elas. O rio Jaguari, o Atibainha e o Cachoeira, sendo os dois últimos afluentes do rio Atibaia, formam três dos quatro reservatórios do Sistema Cantareira. Juntamente com o reservatório Paiva Castro, fornecem cerca de 46% do total da água que é consumida na região metropolitana de São Paulo.

⁶ A Área de Proteção Ambiental (APA) Piracicaba - Juqueri-Mirim – Área II foi instituída pela Lei 7.438/1991

Mapa 5: Município inscrito na APA Piracicaba - Juqueri-Mirim – Área II

Fonte: base do google earth, modificada pelo autor

No caso específico de Monte Alegre a maior preocupação não é com o uso industrial, mas sim com a ocupação caracterizada por pequenas propriedades agrícolas e chácaras de recreio. A sub-bacia do rio Camandocaia, também protegida pela unidade de conservação, não está diretamente interligada ao sistema acima descrito, mas contribui efetivamente para uma importante sobrevida ao rio Jaguari, quando na sua foz, logo após o núcleo urbano de Jaguariúna, repõe parte da água que foi reservada, a montante, do rio Jaguari, para consumo humano.

É importante ressaltar, que o texto da lei da APA exclui as áreas urbanas da incidência de proteção ambiental. Por outro lado, cria as zonas de vida silvestre que compreendem os remanescentes da flora e da fauna existentes e as áreas definidas como de preservação permanente (APPs) pelo Novo Código Florestal⁷.

As APPs estão diretamente ligadas ao nosso interesse, uma vez que delimitam, entre outras atribuições, as áreas a serem preservadas nas bordas dos corpos d'água, encostas e topos de morros.

Ao considerar as legislações ambientais vigentes, e o valor do Patrimônio Ambiental Urbano da cidade de Monte Alegre, percebemos que existe um confronto a ser avaliado. Ele se dá entre a ocupação histórica das margens dos rios por edificações, e a intenção da pesquisa em estudar formas de promover uma maior integração da cidade com suas áreas de borda d'água, resgatando seu livre acesso e a recomposição das áreas degradadas de preservação permanente.

Sendo assim, no Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), seção II, que trata sobre “áreas consolidadas em áreas de preservação permanente”, o artigo 65, parágrafo 3º, considera que “a faixa não edificável de que trata o § 2º (15m) poderá ser redefinida de maneira a atender aos parâmetros do ato do tombamento”⁸.

⁷ Novo Código Florestal instituído pela lei 12.651/21012

⁸ A cidade de Monte Alegre não é tombada pelos órgãos de preservação, porém a pesquisa considera a legislação citada em função das características da paisagem constituída.

Este trecho da legislação parece colocado de forma correta, pois dá flexibilidade na determinação do recuo em relação aos cursos d'água, em respeito à formação da paisagem, entendendo que esta exprime a relação entre homem e natureza, seja em seus elementos ou objetos, assim como, em sua análise contínua, histórica. (SANTOS, 2006).

Porém, é preciso ponderar as consequências dessa configuração histórica, pois diversas construções ocupam a margem do rio, invariavelmente dando as costas para ele, privatizando o acesso às áreas de APP e aos corpos d'água, e assim, restringindo o uso de parte desse espaço, que é de uso comum do povo, por direito⁹.

A própria legislação do Código Florestal, na mesma seção citada acima, determina no artigo 64º, para fins de regularização fundiária de interesse social, que seja demonstrado pelo projeto de regularização, como se dará a garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos d'água¹⁰.

Consideramos então, embasados pelas diversas legislações apresentadas, que é plenamente viável uma nova configuração territorial da borda d'água, que viabilize seu uso pleno por toda a comunidade.

Ressaltado que a definição do termo *interesse social*, colocada pelo Código Florestal, contempla a seguinte descrição nas Disposições Gerais¹¹:

“[...] a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas...”

⁹ Código Civil – Lei 10.406 / 2002, artigo 99

¹⁰ Novo Código Florestal, lei 12.651/21012, inciso VII, 2º parágrafo, artigo 64.

¹¹ Novo Código Florestal, lei 12.651/21012 Alínea “c”, inciso IX do artigo 3º.

Analisando a ortofoto (Mapa 6) com as áreas vegetadas destacadas dentro do recorte proposto, da zona urbana, percebe-se que existem algumas áreas críticas, onde a ocupação dos lotes avançou sobre o limite da faixa de APP, ao longo curso d'água. Ainda assim, é possível visualizar uma linha de vegetação ao longo dos córregos, do ribeirão Monte Alegre e do rio Camandocaia.

Surge então, que a maior questão para a preservação da vegetação e dos corpos d'água, é realmente pensar formas para que essas áreas sejam acessíveis para todos os cidadãos, onde o uso cotidiano, e o contato direto com os corpos d'água e a mata ciliar, possam despertar a conscientização sobre a importância da manutenção dessas áreas.

Para analisar outro dado que a imagem nos fornece (Mapa 6), é preciso novamente contextualizar o discurso com o desenho da cidade, de configuração urbana de inspiração clássica, constituído por um conjunto denso de edificações e calçadas estreitas, onde não se previa uma arborização urbana como forma de concepção da paisagem. A vegetação urbana está restrita à praça central, aos morros circundantes e às bordas dos cursos d'água, tornando assim ainda mais fundamental a discussão sobre a recuperação e manutenção dessas áreas, com uma nova configuração de uso livre.

As áreas de proteção ambiental ligadas à rede hídrica, são efetivamente pontos que confrontam a importância da sua função social com o crescimento, na grande maioria das vezes desordenado, da malha urbana. Assim, é preciso pensar formas de atuação, que permitam sua integração com a cidade, ampliando suas funções e tornando-as ainda mais significativas para que as pessoas, possam usufruir de todos os benefícios sociais que essas áreas podem promover.

Mapa 6: Áreas vegetadas remanescentes

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor

É importante ponderar que, apesar da necessária atualização que as legislações ambientais precisam sofrer, o Novo Código Florestal em sua última revisão, feita em 2012, foi duramente criticado por adotar um viés mercadológico. Entre outras questões, ampliou perigosamente as possibilidades de intervenção nas APPs, nos casos excepcionais de utilidade pública, interesse social e de baixo impacto ambiental. Ainda mais grave, eliminou a obrigatoriedade da etapa de comprovação locacional e técnica, que exigia uma justificativa de impossibilidade de uso de outras áreas, ou outras técnicas, para se legitimar o impacto sobre a área de preservação permanente (AZEVEDO, 2013).

Demais legislações ambientais que caracterizam a APA e o Código Florestal, colocam como objetivo o desenvolvimento sustentável, porém, as forças políticas muitas vezes fazem valer outros interesses, desconsiderando ou deturpando o necessário equilíbrio dos valores ambientais, sociais e econômicos, onde a equidade talvez seja o maior desafio a ser alcançado.

“O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Lei 9.985/2000, artigo 7º, parágrafo 2º).

“ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação” (Lei 12.651/2012, artigo 1ºA, parágrafo único, 3º princípio).

Uma segunda análise sobre duas ortofotos com quarenta anos de intervalo (Mapa 7), demonstra que ao redor da zona urbana, a cobertura vegetal, tanto nas bordas d'água, como nos morros circundantes, apresentou um pequeno aumento de área nas últimas décadas. Por outro lado, é possível notar o avanço de novas edificações sobre áreas de morro e de borda d'água, e nem sempre respeitando as margens de preservação previstas nas legislações.

É possível que este aumento das áreas vegetadas esteja relacionado com a maior rigidez das legislações ambientais a partir da década de 1980¹² e da própria Constituição Federal de 1988, que ratificou em seu texto o valor do meio ambiente para a sociedade¹³. Talvez reflexo também de um maior controle exercido pela sociedade e pelo poder público, pelo menos em áreas de maior visibilidade, como acontece em trechos urbanos.

¹² A Lei 7.511/86 modificou os limites de APPs, passando de 5 metros para 30 a 150 metros em rios de largura entre 10 e 200 metros. Para rios com mais de 200 metros de largura a lei passou a exigir a largura de APP similar à do rio.

¹³ BRASIL, 1988, art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Mapa 7: Comparativo sobre a camada vegetada de 1962 e 2010

Fonte: IGC e EMPLASA, modificada pelo autor.

Esta análise pode ser considerada justificada pela própria devastação na escala macro, pois os dados mostram que restam apenas 7,93% de vegetação nativa e 4% de cobertura reflorestada na área delimitada pela Bacia PCJ¹⁴.

Já na década de 40, um importante inventário da flora do município, realizado pela equipe do Instituto de Botânica, menciona o grau de degradação do solo em função do cultivo agrícola intensivo.

“Os resultados destas e outras pesquisas, subsidiárias da biogeografia, poderão assim oferecer diretrizes mais nítidas para um programa de restauração do equilíbrio biológico nas regiões que se tornaram flageladas ou improdutivas por força do quase completo desaparecimento dos recursos orgânicos.” (KUHLMANN e KUHN, 1947, p.188)

Também se refere à força da natureza no seu processo de recomposição contra “elementos perturbadores”, e a importância dessa recuperação biológica. Além disso, de forma extremamente progressista, sugere alguns conceitos ainda hoje perseguidos como meta para um desenvolvimento sustentável.

“Esta providencial relutância da natureza, criando espécimes destinadas principalmente a formar o lastro para avanço da vegetação intensa, ou mesmo o repovoamento dos claros abertos pela ação dos elementos perturbadores como o vento, as avalanches, os incêndios e principalmente o homem...desde que nos achamos convencidos da inadiável necessidade de se restaurar o revestimento de vastas áreas do Estado, se é que se pensa na reabilitação ou melhoria de seu rendimento econômico.” (KUHLMANN e KUHN, 1947, p.10)

“[...]ao tratarmos da influência da flora na reabilitação da vitalidade regional, apreciamos aqui, um dos múltiplos auxílio que as criações da natureza, quando convenientemente preservadas, podem prestar aos agricultores.” (KUHLMANN e KUHN, 1947, p.188)

¹⁴ Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. 2010 a 2020 – relatório síntese. São Paulo: Cobrape Neoband Soluções Gráficas, 2011.

Talvez possamos interpretar os dados acima levantados, sugerindo que ainda é preciso avançar na discussão e na determinação da melhor relação entre o ambiente construído e o vegetado das nossas cidades. É preciso uma variação de escalas, entre um olhar mais abrangente, que possa considerar a região e seus potenciais e outro específico focado no lugar, mas ambos interdisciplinares e democráticos.

Desta forma, é necessário refletir sobre as intervenções em áreas urbanas, considerando seus valores patrimoniais de forma ampla, inter-relacionando as diversas áreas envolvidas. Ponderar especificamente a questão ambiental, lado a lado com a questão histórica, fundiária, de direito à moradia, da infraestrutura urbana, das engenharias, da produção agropecuária, entre outras, mas sempre considerando a questão da necessária e urgente equidade social entre todos os cidadãos.

2.3. As Águas, relações e usos

“Desditosa no seu grande amor, Obirici suplicou aos céus que perpetuassem na terra a memória da sua dor. Condoído, Tupã deu à humanidade o balsamo das lágrimas e do pranto que, pela primeira vez, brotou dos olhos de Obirici, originaram-se as fontes cristalinas e murmurantes”

(Lenda indígena registrada na Fonte Obirici, ou popularmente chamada de Fonte da Índia).

A relação dos habitantes da cidade de Monte Alegre do Sul com a água, pode ser descrita primordialmente através da formação dos caminhos de ligação com os outros povoados da região. A procura por percursos menos íngremes, em uma região marcada por topografia muito acidentada, fez com que os sertanistas buscassem acomodar essas passagens nos fundos de vales, usando os terrenos mais planos, junto aos corpos d'água que correm em abundância por toda região.

Como ressaltado pelo geógrafo Aziz Ab'Saber em *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*, a hidrografia da região é extremamente concentrada e cria uma rede microvascular de pequenos córregos, riachos e ribeirões, por toda área rural e urbana. (Mapa 8)

“As regiões serranas do Planalto Atlântico, com sua paisagem de morros mamelonares e pequenos maciços montanhosos[...]e, por toda parte, vales de perfis transversais bem marcados, pertencentes a redes hidrográficas excessivamente densas”. (AB'SÁBER, 2007, p.93)

Mapa 8: Hidrografia da zona urbana

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor.

Historicamente, esses pequenos cursos d'água foram usados, como fonte de abastecimento humano e animal, na aguagem das plantações e também como força motriz, através da instalação de moinhos e monjolos que auxiliaram no trabalho, por exemplo, de lavagem e moagem dos grãos de café.

Três destes, o córrego Monte Alegre, o córrego dos Godoi, e da Dona Hortência, descem pelos vales à norte do centro da cidade, para juntos formarem o Ribeirão Monte Alegre, que cruza todo o trecho urbano de Monte Alegre, para em seguida desaguar no rio Camandocaia, que segue em direção às áreas rurais para alcançar o município vizinho de Amparo.

Dois desses córregos também formam bacias de retenção no trecho urbano. Com funções específicas, o lago no bairro Vila Girardelli é destinado ao uso paisagístico e recreativo, enquanto no trecho inicial da estrada que segue em direção ao município de Serra Negra, está localizado o reservatório destinado ao abastecimento público dos habitantes da zona central.

A cidade também conta com quatorze fontes públicas¹⁵ de água mineral, sendo que onze delas estão espalhadas pela zona urbana (Mapa 9), algumas são simples torneiras instaladas em pequenos postes de ferro fundido (Fotografia 16), outras são adornadas por murais ou ainda abrigadas por pequenas edificações. Todas elas instaladas nas esquinas, para a boa visualização e o fácil acesso. Uma das que mais se destaca é a Fonte Obirici ou Fonte da Índia, como é chamada popularmente, e está localizada na zona rural, em frente à Fazenda Experimental (Fotografia 17) em um caminho de ligação entre bairros.

¹⁵ Contagem realizada pelo autor, sujeita a correção pela extensão da zona rural e por não existir registro oficial do município sobre a quantidade de fontes.

Mapa 9: Fontes e balneário na zona urbana

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor.

Fotografia 16: Fonte da igreja em dia de carnaval

Fonte: acervo do autor

Fotografia 17: Fonte Obirici ou da Índia

Fonte: acervo do autor

O Balneário Municipal também faz parte dessa ligação com a água. O edifício, construído na década de 40, enquadra-se no já descrito grupo de edificações que exaltam uma tardia estética colonial, mas está inserido com harmonia no contexto da cidade e do local, em um generoso largo que dá acesso a outras duas fontes (Fotografia 18).

A Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul, com seu sistema hídrico composto pelo Balneário Municipal, as fontes públicas, e seus corpos d'água, está inserida dentro de um contexto turístico macro do Estado de São Paulo, juntamente com outras dez cidades, classificadas como Estâncias Hidrominerais e que formam o Circuito das Águas Paulistas, atraindo divisas devido à qualidade de suas águas.

Como remanescente dessa ligação histórica com a água, ainda persistem alguns costumes cotidianos, como a pesca nos ribeirões, a visita às cachoeiras da zona rural, os banhos com água mineral no Balneário e a tradição de *colher água na bica*.

Porém, essa vocação ligada à qualidade das águas e intrínseca a este território, vem nas últimas décadas sofrendo com a pressão exercida pelo crescimento da zona urbana, e pela prática agropastoril, ambas desconectadas de formas de desenvolvimento ambientalmente corretas, que preservem o meio natural e, especificamente, a água como patrimônio público e cultural, e também a própria vida das pessoas como consequência.

Buscando ampliar esse entendimento, e considerando o objetivo da pesquisa de pensar formas de avançar na discussão de como tornar mais eficaz e significativa a relação da cidade e as bordas dos seus corpos d'água, mostra-se importante o levantamento do sistema de infraestrutura e saneamento básico do Município, e da bacia hidrográfica na escala local e regional, com dados que relatem o seu atual estado, a partir dos fatores de quantidade e qualidade da água.

Fotografia 18: Largo do Balneário

Fonte: google maps <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em 01.08.2016

A principal bacia localizada no Município é a do rio Camandocaia, que nasce em Toledo / MG e tem extrema importância, seja no seu uso urbano ou rural, para as cidades que ele percorre ao longo dos seus 158,65 Km. O rio Camandocaia atravessa transversalmente toda a cidade, e recebe, na sua passagem pela zona urbana, a contribuição de um dos seus afluentes, o ribeirão Monte Alegre.

Apesar de o rio Camandocaia não estar diretamente interligado ao Sistema Cantareira, ele fornece em sua foz, um volume de água que garante uma sobrevida ao rio Jaguari. Este sim integra o Sistema Cantareira, pois forma os reservatórios Jaguari-Jacaré, que por uma sequência de túneis está interligado aos demais reservatórios Cachoeira e Atibainha, que recebem contribuições dos rios de mesmo nome e ao final interligam-se ao reservatório Paiva Castro, que por sua vez recebe as águas do rio Juqueri – Mirim. Através da estação elevatória Santa Inês esse sistema contribui em média com 30m³/s para formação da represa Águas Claras. O Sistema Cantareira participa com cerca de 46% do total da água que é consumida na Região Metropolitana de São Paulo.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos subdividiu o Estado de São Paulo em 22 UGRHIs (Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos). O município de Monte Alegre do Sul está integralmente inserido na UGRHI 5 (Mapa 10), gerida pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que abrange sete bacias principais, sendo três já citadas e outras quatro sub-bacias do rio Piracicaba, que são Corumbataí, Jaguari, Atibaia e Camandocaia.

O Plano de bacias PCJ 2010-2020 e o Plano Municipal de Saneamento Básico de 2014 mostram alguns dados que serão apresentados nos próximos parágrafos, revelando a atual situação hídrica da unidade de gerenciamento e do município, e apontando projeções e caminhos para a melhoria do sistema.

Mapa 10: Município inscrito na APA Piracicaba - Juqueri-Mirim – Área II e na UGRHI 5.

Fonte: base do google earth, modificada pelo autor

Sobre a infraestrutura pública de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário, as médias da bacia PCJ são boas, com 96% de atendimento no que diz respeito ao abastecimento, e 84,9% de coleta. Porém, cerca de 60% do esgoto gerado não recebe tratamento. O caso específico de Monte Alegre é ainda mais alarmante, contando com 100% de abastecimento urbano de água, 100% de coleta por rede de esgoto e somente 1,2% de tratamento, referente a sistemas particulares instalados em condomínios fechados. Ressalte-se que esses dados são relativos à infraestrutura urbana, e que cerca de 40% da população do Município reside em área rural, e desta forma, também não é atendida pela rede acima descrita, utilizando-se de sistemas individuais compostos por poços e fossas.

É estarrecedor o fato de que o esgoto coletado no município é despejado por emissários, diretamente no ribeirão Monte Alegre e no rio Camandocaia. O plano de saneamento do município¹⁶, realizado em 2014, descreve o projeto de construção de duas estações de tratamento de esgoto, com lagoas de estabilização, a serem viabilizadas no prazo de cinco anos, pelo programa Água Limpa, do Governo do Estado, porém até o momento, nas visitas realizadas a campo, não foi constatado o início das obras.

Considerando-se toda a bacia PCJ, a carga remanescente de poluidores industriais chega a 18%, sendo que estas instalações contam com 92% de tratamento do esgoto gerado. Por outro lado, o esgoto doméstico é responsável por 82% da carga poluidora, concluindo então, que a questão das águas urbanas seja talvez o mais emergencial problema a ser resolvido para a melhoria, em curto prazo, da qualidade das águas.

A microdrenagem urbana da zona central é realizada por sistema convencional, composto por guias com sarjetas, bocas de lobo e galerias subterrâneas que lançam a água pluvial em 12 pontos, diretamente para a macrodrenagem realizada pelo ribeirão Monte Alegre e o rio Camandocaia, invariavelmente contribuindo para o despejo da poluição difusa nos corpos d'água.

¹⁶ Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Monte Alegre do Sul. Relatório de Atividades, 2014.

Esse sistema gera um dos problemas relatados no plano de saneamento que é a erosão causada pela falta de dissipadores de energia no momento do lançamento das águas pluviais nos rios. Tal fato poderia ser resolvido, se o sistema de microdrenagem utilizasse os recursos de infraestrutura verde, onde o volume e velocidade das águas podem ser controlados com a infiltração contínua no solo, resgatando o conceito de drenagem dos sistemas naturais.

Ainda dentro dos dados de qualidade ambiental, a coleta de resíduos sólidos do município aparece como outra deficiência. O sistema atende 78% dos munícipes, sendo o restante residente em área rural não acessível para a coleta. Os resíduos são levados para local de transbordo em Amparo e depois depositados em aterro sanitário em Paulínia, percorrendo longos 85km. Não existe atualmente coleta seletiva no município, porém, há previsão no plano de saneamento, de construção de um parque industrial de reciclagem e compostagem, instalação de ecopontos e coleta de resíduos domésticos na área rural.

Em função de todos os problemas acima relatados, a água dos corpos hídricos, apresenta-se bastante degradada. Monitorada em 18 pontos nos principais rios da bacia PCJ, o Índice de Qualidade de Água para Fins de Abastecimento Público (IAP) e o Índice de Qualidade da Água para Proteção da Vida Aquática (IVA) são extremamente negativos. (Ilustração 1)

No caso específico do município, as águas do córrego Monte Alegre que são captadas para abastecimento, tem sua nascente na Serra Negra, especificamente após o centro urbano que leva o mesmo nome, depois disso passa somente por áreas rurais, e é reservada a montante do centro de Monte Alegre, desta forma, estão resguardadas de receber volumes maiores de cargas poluidoras. Porém, é possível identificar na imagem apresentada a seguir (Mapa 11), que a qualidade da água do rio Camandocaia, decai sensivelmente após a passagem pela zona urbana de Monte Alegre, mudando de classe 1 para 2 na classificação de carga orgânica remanescente. Mais adiante, à jusante, após a passagem pelo aglomerado urbano de Amparo, a classificação decai novamente, passando de 2 para classe 3, com trecho ainda mais crítico de classificação 4.

Ilustração 1: Gráfico de distribuição Percentual de IAP e IVA – 2003

Legenda:

QUALIDADE: PÉSSIMA RUIM REGULAR BOA ÓTIMA

Fonte: Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo – 2003, CETESB/2004

Mapa 11: UGRHI 5 - Qualidade da água

Fonte: Plano de Bacia PCJ 2010 a 2020

O sistema existente de abastecimento de água de Monte Alegre do Sul é composto por uma captação de água bruta, em reservatório de retenção instalado a montante do centro urbano, e que é formado pelo córrego Monte Alegre. Esta água é direcionada para uma estação de tratamento e em seguida armazenada em uma série de reservatórios elevados para ser distribuída aos municípios da zona central.

A cidade também conta com uma rede de fontes de água mineral espalhadas por diversas ruas da zona urbana. Seu uso efetivo para abastecimento é de difícil medição, uma vez que não existem relógios instalados, mas é possível observar um fluxo contínuo de pessoas que ainda conservam o hábito de encher os garrafões para consumo doméstico.

A sub-bacia do rio Camandocaia está cerca de 93% localizada sobre o Aquífero Cristalino Pré-Cambriano, porém o maior uso deste recurso de água subterrânea é contido pela pequena vazão oferecida, de apenas 0,976 m³/s, considerada potencialmente ideal somente para demandas localizadas e de menor expressão.

O fato do Plano de Saneamento Municipal não mostrar a intenção de uso desse recurso, apresentando somente alguns dados de vazão, nos parece indicar certo distanciamento entre o poder público e o cotidiano dos moradores, além da falta de uma melhor investigação sobre novas formas de explorar esse recurso hídrico subterrâneo, mesmo considerando sua baixa vazão.

O plano 2010 – 2020 das bacias hidrográficas PCJ, indica um movimento cadente no ritmo de crescimento populacional para a região, porém a expansão se mantém com uma tendência ao espraiamento populacional e econômico em relação às grandes cidades, como Campinas, e uma tendência de se formarem polos regionais ampliados, derivada desse crescimento dos municípios periféricos aos principais centros.

A região da bacia PCJ caracteriza-se por um forte caráter industrial, mais representativo no eixo de Paulínia, Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Jaguariúna. Já o Município de Monte Alegre tem a economia mais ligada ao artesanato, turismo e agricultura, que ainda guarda características associadas ao cultivo familiar e da pequena propriedade.

Em função desse crescimento populacional e econômico de uma região extremamente importante para o desenvolvimento do Estado, os planos de manejo das bacias também analisam, além da qualidade, a quantidade das águas, em um estudo denominado balanço hídrico¹⁷.

O balanço hídrico do rio Camandocaia é relativamente confortável, com disponibilidade de 3,50m³/s e demanda de 0,91m³/s, porém ao olharmos os dados da bacia PCJ observamos que existe uma demanda muito próxima da disponibilidade hídrica, sendo respectivamente, 34,55m³/s e 37,98m³/s. No plano de bacias elaborado pelo Comitê PCJ, aos valores do balanço hídrico são acrescentados os volumes de lançamento, isto é, a água usada e que retorna aos rios para ser reusada, gerando um acréscimo de 18,89m³/s. Porém, como já visto no caso de Monte Alegre, e em tantos outros municípios (Mapa 12), o esgoto não é tratado, retornando aos rios de forma totalmente prejudicial ao meio-ambiente. Acreditamos que para uma análise factual esse volume de lançamento não deve ser considerado, dessa forma os dados são os apresentados acima, com alarmantes 91% de captação em relação à disponibilidade.

¹⁷ O balanço hídrico é calculado pelo volume de vazão dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos, somados aos volumes de lançamentos (esgoto + água pluvial) e subtraídos do consumo.

A map of the state of São Paulo, Brazil, showing its 645 municipalities. The municipalities are colored based on their population size, with a legend indicating five categories: 1 (dark green), 2 (orange), 3 (yellow), 4 (light green), and 5 (red). The map includes major cities like São Paulo, Campinas, and Ribeirão Preto, and is bordered by Minas Gerais to the east and Paraná to the south. The map is labeled with numbers 4, 9, 5, 10, 2, and 6, which correspond to the population size categories in the legend.

82

Esse balanço hídrico crítico, em grande medida resultante do uso massivo das águas pertencentes à bacia do Rio Piracicaba pelo Sistema Cantareira, mas também somado ao crescimento populacional, principalmente nos centros urbanos, e ao incremento de demanda pelo setor agrícola e industrial em toda região da UGRHI 5, causa uma constante tensão entre todos os agentes envolvidos nesse gerenciamento hídrico, inclusive com embates sobre uma menor reversão de água ao Sistema Cantareira, em privilégio à região da própria bacia PCJ.

Além da quantidade disponível pressionada pela demanda, as péssimas condições da qualidade da água, são geradas por um sistema de saneamento básico ineficiente, na maioria das vezes subdimensionado e desatualizado, ressaltando a ineficácia da administração pública sobre a gestão desse recurso tão essencial à vida, gerando, conseqüentemente, uma enorme pressão social, econômica e ambiental, agravada e mascarada em períodos de estiagem.

Um sistema mais efetivo de gestão das águas, inclusive proposto no plano de saneamento, como alternativa a ser estudada pelo município, são os sistemas de infraestrutura verde e azul.

São sistemas de pequena escala, que buscam reduzir o volume de água escoada através de sistemas de retenção e infiltração, cujo excedente é liberado nos fundos de vale, seja pelo próprio lençol freático ou por canalização, em velocidade mais lenta e volume reduzido, respeitando o ciclo hidrológico das águas. Entre eles estão os jardins de chuva, biovaletas, canteiros pluviais, lagoas pluviais, tetos verdes e cisternas, que podem ser aplicados de forma independente ou em conjunto (PELLEGRINO; CORMIER, 2008).

Jardim de chuva

Terrenos rebaixados com a função de receber a demanda de água de chuva via condutores ou pela drenagem superficial das áreas adjacentes mais altas e impermeabilizadas. A composição de solo drenante possibilita alto grau de infiltração e em conjunto com plantas pode-se agregar maior eficiência na remoção de poluentes. A capacidade limite deve ser dimensionada para que o excedente possa ser direcionado para trabalhar em conjunto com outro sistema de drenagem natural ou enviado para o sistema de drenagem convencional, canalizado. Ao final das chuvas, o sistema volta a secar mantendo-se útil como jardim ou espaço de convívio.

Ilustração 2: Diagrama jardim de chuva

Fonte: acervo do autor

Biovaleta

Por sua característica linear, a biovaleta, cumpre menor função na infiltração que os jardins de chuva, porém ainda contribui por meio do substrato e plantas como filtro de poluentes e com considerável aumento do tempo de escoamento das águas superficiais, que percorrem sua calha seguindo a declividade do terreno. Idealmente, devem estar ligadas em rede e interligadas a outros sistemas de drenagem, podendo ser bastante úteis em áreas que apresentam pouco espaço livre como vias de circulação e estacionamentos.

Ilustração 3: Diagrama biovaleta

Fonte: acervo do autor

Canteiro pluvial

Versão mais compacta dos jardins de chuva, o canteiro pluvial pode adaptar-se mais facilmente às construções existentes e às bordas dos leitos carroçáveis. Da mesma forma, deve ser dimensionado para o volume de água a ser recebido, podendo contar com um extravasor para além do limite de uso e também com ligação a outros sistemas de retenção e infiltração natural ou da rede convencional de drenagem.

Ilustração 4: Diagrama canteiro pluvial

Fonte: acervo do autor

Lagoa pluvial

Bacias de retenção que podem receber grandes volumes de águas de drenagens naturais ou convencionais, mantendo sempre parte da água retida como composição paisagística de parques e praças formadas por esse alagado construído. Sua capacidade deve ser calculada em função da diferença entre o nível permanente mínimo e variável máximo.

Ilustração 5: Diagrama lagoa pluvial

Fonte: acervo do autor

Teto verde

Área vegetada sobre cobertura com sistema composto por plantas, substrato, tecido antirraízes, drenagem e impermeabilização. Os telhados verdes também contribuem efetivamente para o maior conforto térmico da edificação e do entorno, reduzindo a transmissão de calor para o interior das edificações e também reduzindo as ilhas de calor nas cidades, com consequência direta na melhora do microclima urbano. Também aumenta a vida útil da camada de impermeabilização das coberturas e cria um habitat para a biodiversidade, mesmo em áreas urbanas.

Ilustração 6: Diagrama teto verde

Fonte: acervo do autor

Cisterna

Tanque construído com função de coletar a água de chuva para reuso, e que contribuem para o retardo do escoamento e para um melhor aproveitamento da água, evitando o desperdício. Podem estar ligados a outros sistemas de drenagem e terem seu volume de armazenamento usado para o consumo humano ou animal, para a irrigação ou para a simples limpeza.

Ilustração 7: Diagrama cisterna

Fonte: acervo do autor

Todas essas tipologias de sistemas de biorretenção e tratamento das águas têm como princípio, recuperar o ciclo hidrológico natural das águas, e podem ser aliadas à sistemas de drenagem convencionais, formando uma alternativa viável para áreas urbanas consolidadas, além de apresentar diversas vantagens em relação a estes.

A princípio os sistemas de biorretenção promovem o incremento de áreas naturalizadas na cidade, com clara melhoria da paisagem visual, diminuição da bolha de calor e melhora dos níveis de umidade relativa. Oferecem a possibilidade de conjugar a eles, sistemas naturais de tratamento de poluição das águas, como as *wetlands* construídas ou estações de tratamento de esgoto de pequena escala. Além disso, ainda promovem o aumento da vida útil dos sistemas convencionais de drenagem, uma vez que reduzem a vazão destinada a estes.

Para além da função técnica e ecológica, os sistemas de infraestrutura verde e azul podem efetivamente ser elementos de reconexão da população local com seu território. A questão ambiental ligada assim aos valores da sociedade local, integrada pelo valor estético e de uso desses novos espaços, onde a função educacional desses sistemas também possa contribuir para um maior laço sociocultural. (PELLEGRINO; CORMIER, 2008)

“Os projetos de infraestrutura verde podem ser os trabalhos públicos mais duradouros de nosso tempo, se pudermos conectá-los com as pessoas” (PELLEGRINO; CORMIER, 2008, 139).

Ponderando as diversas questões colocadas, que podem justificar a atual condição das águas do município, é preciso ressaltar que a complexidade das soluções passa necessariamente por uma nova condução do planejamento urbano e ambiental. No caso específico de Monte Alegre do Sul é preciso ultrapassar barreiras ainda preliminares, como uma base cadastral consistente da região, onde conste a topografia, rede hídrica, redes de infraestruturas, cadastro imobiliário, etc.

A partir dessa base e de sua análise técnica em conjunto com a participação da comunidade local, seria possível a construção de um modelo sobre o planejamento das águas que aliasse novas tecnologias, preservação e educação ambiental como premissas.

2.4. Considerações preliminares

Como visto nos capítulos anteriores, o rio Camandocaia e seus afluentes são de extrema importância para a região, tanto pela ligação histórica entre a cidade e seu território, especialmente suas águas, como pelas tantas outras relações de valor patrimonial, ligadas às questões ambientais, econômicas e sociais.

Porém, apesar de todo o potencial possível de ser explorado em benefício da população local, percebemos que a relação entre a população da zona urbana de Monte Alegre do Sul e o sistema hídrico da cidade é mínima. Os corpos d'água, superficiais ou subterrâneos, não parecem fazer parte do sistema relacional e nem do funcionamento ideal da cidade. As atividades sociais, comerciais e de serviços, assim como os equipamentos públicos e privados de lazer e educação, além dos consequentes fluxos de circulação, acontecem ao seu redor, de forma muito próxima, mas ao mesmo tempo desconectados dos fluxos de água dos rios, ribeirões e córregos.

Entre as diversas questões que podem justificar a condição atual, ressaltamos um sistema de saneamento básico ineficiente, onde o abastecimento, esgotamento, drenagem e coleta de resíduos, não fazem parte de um sistema baseado na qualidade ambiental.

A redução das áreas verdes na escala regional e a pressão do mercado sobre as áreas de proteção permanente, restando apenas 7,93% de vegetação nativa na área delimitada pela Bacia PCJ¹⁸, também contribuem para a queda dessa qualidade ambiental, pois estão diretamente ligadas à degradação dos sistemas hídricos.

¹⁸ Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. 2010 a 2020 – relatório síntese. São Paulo: Cobrape Neoband Soluções Gráficas, 2011.

Outra questão é a ocupação desordenada das margens do rio Camandocaia e dos seus afluentes, dentro do limite urbano da cidade.

A análise comparativa entre as ortofotos e fotografias abaixo apresentadas (Mapa 13 e Fotografia 19) sugere que a ocupação inicial do núcleo urbano, apesar de orientar a implantação dos lotes com os fundos votados para os corpos d'água, a fim de usá-los para o descarte de dejetos, ainda mantinha certo distanciamento destes. Este fato se deu provavelmente pela falta de recursos técnicos, como por exemplo, o uso de maquinário de grande porte, que mais tarde se tornaria habitual e alteraria a paisagem de forma muito mais extrema e conseqüentemente mais prejudicial do ponto de vista da melhor relação entre o ambiente construído e o natural.

Além desse fato, a gradativa expansão urbana e a restrição de áreas planas, dada a topografia acidentada da região, contribuíram para essa nociva aproximação entre as construções e as calhas dos rios, avançado sobre as áreas de proteção permanente.

Mapa 13: Comparativo do avanço sobre APPs de borda d'água de 1962 e 2010

Fonte: IGC e EMPLASA, modificada pelo autor.

Fotografia 19: Vista do cristo em 1950 (aproximadamente) e 2017

Fonte: acervo do autor

Considerando a dimensão abordada na pesquisa, onde as questões técnicas formam uma base de análise, mas são inter-relacionadas aos aspectos de caráter cultural, procurando atingir uma desejável interdisciplinaridade, é importante destacar, sobre a análise da paisagem, os valores que vão além da contribuição funcional e pragmática. Esta abordagem busca evoluirmos para um entendimento da paisagem como experiência estética, que pode influenciar de modo decisivo na forma como as pessoas vivenciam e apreendem o ambiente. Essa sensibilização, de uma forma intuitiva, induz para uma prática de melhor inter-relação entre os sistemas naturais e antrópicos, definindo espaços ambiental e socialmente de melhor qualidade para os trechos urbanos de nossas cidades.

Entendendo por cidade, a conceituação que coloca o professor Ulpiano T. B. de Meneses, em “A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano”, indicando as suas três dimensões: artefato, campo de forças e representações sociais.

“[...à cidade tratada como artefato complexo: é a história dos padrões locacionais, das configurações topográficas, dos traçados urbanos e das formas arquitetônicas, dos arranjos espaciais, das estruturas, equipamentos, infinitos objetos.”

“[...campo de forças...espaço definível de tensões, conflitos, de interesses e energias em confronto constante, de natureza territorial, econômica, política, social, cultural...]”

“O artefato, em última instância, é o produto desse campo de forças, mas também é seu vetor e permite sua reprodução.”

“As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se elas próprias de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem.” (MENESES, 2006, p.36)

A cidade entendida como o conjunto de espaços construídos ou livres, públicos ou privados (artefatos), influenciada e influenciadora dos princípios e pensamentos humanos (campo de forças), como também das práticas sociais que formam a imagem e dão significado aos espaços (representações sociais).

A pesquisa objetiva então, a partir de uma análise de atribuição de valor e interação desses elementos que compõem o Patrimônio Cultural de Monte Alegre do Sul, um embasamento teórico que justifique a requalificação dessa relação entre a cidade e suas águas, investigando formas de avançar na discussão de como tornar mais eficaz e significativo o uso e a conservação dos nossos rios.

Além das bordas do Rio Camanducaia e dos seus afluentes, que cortam a zona urbana de Monte Alegre, é preciso ampliar o olhar para a cidade, como por exemplo, para os demais elementos que compõem seu conjunto hídrico, notadamente o Balneário, os reservatórios de retenção, e as diversas fontes espalhadas pela cidade. E dentro desse mesmo olhar, perceber esses e demais elementos do Patrimônio Cultural representados pelo seu caráter imaterial e material e pelas relações flexíveis entre eles.

Ao pensarmos o patrimônio como indutor de uma transformação urbana, é preciso considerar que a atribuição de valor não deve ser avaliada somente pela materialidade de uma edificação, de uma paisagem vegetada, ou pela imaterialidade de uma técnica construtiva. Estes são suportes para a real atribuição de valor que deve ser dada para as práticas sociais adotadas pela comunidade, que fazem crescer em significado as relações desse mesmo grupo.

Pelos vales de Monte Alegre, seja na área rural ou no centro urbano, muitas manifestações da cultura dessa pequena cidade podem ser encontradas, correlacionadas ao espaço construído, ao espaço vegetado e suas águas, ou às expressões intangíveis, indo muito além dos exemplos descritos nos capítulos anteriores, e com grande potencial para tornarem-se indutoras de uma transformação social, tomada a partir da valorização do patrimônio cultural.

Algumas expressões culturais, mais diretamente ligadas ao intangível, merecem destaque exatamente pelo papel social que desempenham na vida da comunidade, como o grupo de viola caipira, a Fanfarra de Monte Alegre do Sul ou a Corporação Musical Santa Cecília, que mantem-se desde 1895 seguindo a tradição das bandas de coreto. Todas as bandas contam com integrantes

vindos das escolas e da comunidade local, e participam de diversas apresentações e concursos musicais em toda região, promovendo aprendizado, socialização e lazer de forma direta para toda a sociedade.

Práticas tradicionais ligadas à área rural de Monte Alegre também devem ser lembradas como parte do patrimônio cultural da cidade, como o cultivo do morango, que tem uma produção muito intensa na região e conta com uma festa anual durante a safra, que atrai um grande número de turistas e uma atividade econômica importante para diversos setores.

O café ainda segue como uma tradição de cultivo (Fotografia 20), mas agora em menor escala, por vezes ligado à visitação das fazendas da região, onde também se tem contato com outros elementos desse cultivo, por exemplo, os casarões das fazendas, ou os terreiros e tulhas de café, erguidas em cantaria de pedra, usando material local e uma técnica tradicional trazida pelos imigrantes do norte da Itália.

A produção artesanal de cachaça, que segue há gerações, também é uma prática da cultura local (Fotografia 21). A cidade conta com cerca de 50 alambiques espalhados pela zona rural e que atraem muitos visitantes. Nestas fazendas ou pequenos sítios, na maioria das vezes, também é encontrada uma variedade de produtos alimentícios de produção artesanal, que contam com o trabalho de toda a família no seu preparo e comercialização.

Fotografia 20: Cafezal e zona urbana ao fundo

Fonte: acervo do autor

Fotografia 21: Adega da Fazenda Peterlini

Fonte: acervo do autor

O patrimônio imaterial, entendido como forma de expressão, seja individual ou coletiva, com seus modos de criar, fazer e viver, apesar de ser ressaltado há muitas décadas, ainda é um campo a ser explorado, inclusive nas suas formas de salvaguarda e patrimonialização. Mesmo de maneira sistemática, pensando formas de como inventariar, avaliar e estudar tais manifestações tão diversas.

A importância do patrimônio imaterial pode ser destacada inclusive por uma inversão dos valores, quando se trata de questionar as forças geopolíticas, considerando que os países do hemisfério sul, mais pobres em patrimônio material, seriam melhor representados pelo imaterial, em suas formas de expressão cultural. (FABRE, 2006)

Apesar do necessário avanço sobre o tema, é preciso destacar que no Brasil, a discussão sobre o patrimônio imaterial está colocada há muitos anos. O anteprojeto de lei, que serviu de base para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), escrito por Mário de Andrade em 1936, descreve como manifestações da arte¹⁹ patrimonial, o vocabulário, o canto, a lenda, a magia, a medicina e a culinária (SPHAN, 1980). Essa concepção, muito inovadora no entendimento dos valores patrimoniais imateriais, foi vetada no momento de formatação do Decreto-Lei 25/1937, talvez exatamente pelo seu caráter revolucionário.

Dentro da dimensão e diversidade, como também das qualidades e deficiências apresentadas sobre o Patrimônio Cultural de Monte Alegre do Sul, é possível afirmar que a exploração turística no Município, encontra-se atualmente aquém do potencial que a cidade detém, e sugere também, a partir da sua vocação ligada à água, um possível caminho de transformação e desenvolvimento, a partir da ressignificação do seu Patrimônio Cultural.

¹⁹ Considerando a definição de arte colocada por Mario de Andrade: “Arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos.” (SPHAN, 1980, p. 61)

É preciso destacarmos a devida preocupação com a mercantilização dos espaços e da cultura em uma proposta que pretende uma transformação urbana e social. O turismo cultural, desconectado da realidade local, sem privilegiar o morador, as relações locais, enfim o cotidiano e o trabalho, pode ser extremamente nocivo dentro de um esperado crescimento, subsequente ao processo de desenvolvimento e valorização das áreas de lazer e cultura, a serem usufruídas por todos, moradores e visitantes, dentro da zona urbana de Monte Alegre do Sul.

A questão primordial para atender esse objetivo, de crescimento sustentável, é a participação da comunidade local nesse processo de valorização do patrimônio material e imaterial e das práticas sociais ligadas a eles. Também um olhar local, integrado às diversas disciplinas do saber é imprescindível para se alcançar resultados de menor impacto ambiental e de desenvolvimento social.

Capítulo 3 - O Museu como articulador

Sobre a formação da paisagem e do patrimônio cultural de Monte Alegre do Sul, sistematizada e analisada nos capítulos anteriores, apresentamos um plano de intervenção urbana e de desenvolvimento social que proponha uma nova abordagem e percepção sobre o território, dentro do recorte da zona urbana central do município.

Neste plano, os corpos d'água se tornam uma paisagem estruturadora, através de uma nova configuração espacial, que modifique sua função e significado, envolvendo também outros elementos do patrimônio cultural, onde a população local possa redescobrir a borda d'água e suas demais conexões. Também é proposta uma nova relação com o território a partir de uma articulação educadora, feita através da apreensão de um conteúdo programático e sensível.

Como proposta, estudamos a transformação da borda d'água do rio Camandocaia e de alguns afluentes, no trecho em que estes cruzam o centro urbano, em um Museu do Território, onde o patrimônio cultural do município possa ser lido através de seus bens materiais e imateriais, e através das pessoas e suas práticas sociais, que também estão inscritas nesse território de Monte Alegre do Sul.

Ao pensarmos um processo de desenvolvimento, ligado à valorização do patrimônio cultural de Monte Alegre e das pessoas, através da musealização do seu território de borda d'água, faz-se necessário o entendimento das bases conceituais dessa disciplina, a Museologia, focando em sua teorização contemporânea, que parte do entendimento de sua necessária inserção social.

3.1. A Museologia

A base conceitual museológica, que propõe investigar formas de avançar na discussão, sobre como os valores do Patrimônio Cultural de um território, poderiam ser transformados em vetores de desenvolvimento, com reflexo positivo direto sobre o lugar e as pessoas, pode ter sua origem determinada no final dos anos de 1960, com o início de um movimento na área museológica voltado para as questões de cunho social.

“[...] um pensamento se forja e se desenvolve, que questiona o museu, seu lugar na sociedade e suas relações com o homem e o meio ambiente, mas que ao mesmo tempo, formula respostas.” (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2005, p.32).

Entre as novas teorias, surgem as primeiras experiências práticas, onde se destacam os Ecomuseus, tanto por sua disseminação, quanto pela sua conceituação teórica de vanguarda, idealizada por Henry Rivière, então diretor do ICOM (International Council of Museums) e por seu sucessor no cargo, Hugues de Varine, que cunha o termo em 1971, na Conferência do ICOM em Grenoble, onde as discussões sobre o papel da museologia vêm ressaltar o papel social do museu.

Como o próprio Rivière escreveu:

O Ecomuseu não tem uma definição acabada nem uma expressão fixa, ele é criado como um espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com as populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações (PESSOA, 2013, p.34).

Mesmo considerando cautela quanto à simplificação de uma comparação direta, como se a oposição entre o bem e o mal, ou o novo e o velho, pudesse ser resumida sem a devida ponderação, é preciso ressaltar as contraposições entre os conceitos eruditos de patrimonialização e os novos conceitos colocados por esse pensamento.

Em oposição aos valores determinados pelo edifício, coleção e público, são agora colocados termos ligados à valores de cunho social e comunitário, respectivamente, o território, o patrimônio material e imaterial e a população, que passa de consumidora para atriz ou autora do museu (POULOT, 2013).

Essa inflexão no pensamento museológico se deu ao longo de uma transformação gradativa, suas bases foram formadas desde o final do século XIX com movimentos voltados para a cultura popular, notadamente os museus de tradições populares e as exposições universais.

Ambas as ações, vinham de encontro às primeiras mudanças da estrutura agrária francesa, que se apresentava estável desde o século XVIII, e foram afetadas pelo avanço da industrialização e pelas mudanças sociais decorrentes.

O desmantelamento da estrutura colonizadora fortaleceu esse novo olhar para a cultura regional, através da etnografia ligada à coleta de objetos de representação da sabedoria popular, nas áreas da habitação, mobiliário, agricultura, ofícios, artes, cultos, entre outras.

As exposições universais, de maneira mais explícita e antagônica, visavam através destes objetos, representar o modo de vida rural como forma de valorizar a vida urbana, ligada ao progresso do mundo industrializado (BARBUY, 1995).

Na descrição de outros marcos do processo de consolidação desse novo pensamento museológico, é indispensável citar alguns documentos, formatados nos diversos encontros de discussão sobre o tema.

O Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, de 1958, realizado no Rio de Janeiro, proporcionou uma reafirmação da Museologia como ciência e a necessidade de ampliação e integração da formação profissional com vários campos do saber. A missão educadora, ressaltada pela função didática da exposição, recebe grande atenção no debate, onde se

buscam formas de atender todos os perfis de público, com diferentes meios expográficos, inclusive meios tecnológicos como a sonorização, imagens e vídeos (TORAL, 2010).

De fundamental importância, a Declaração de Santiago²⁰, de 1972, colocou uma visão revolucionária sobre o papel dos museus, sua necessária inserção na realidade das cidades, dentro do fenômeno de explosão urbana. A partir dessa percepção, foi desenvolvido o conceito de museu integral, que considera a sociedade e seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos, como pontos essenciais de ação museológica (VARINE-BOHAM, 2010).

Também deve ser destacada a Declaração de Quebec²¹, de 1984, pela ratificação do termo *Nova Museologia*, e sua oficialização dentro do ICOM, como um campo de estudo de diversas práticas e conceitos museológicos, que avançavam em direção à questão social como prioridade. (MOUTINHO, 2010)

É preciso contextualizar e vincular esse pensamento da *Nova Museologia*, e o destaque dos Ecomuseus, com o movimento de contra cultura da década de 1970 e com o fortalecimento do pensamento ambientalista, fruto da progressiva percepção crítica do caminho que a sociedade vinha seguindo.

O ideal propagado pela sociedade moderna, segundo o qual poderíamos usufruir dos recursos naturais do planeta de forma indiscriminada, característico do pensamento flutuante (PADUA, 2001), onde o homem, desconectado dos ciclos de vida do planeta, poderia se sobrepor pelo avanço tecnológico e científico, estava sendo colocado em dúvida.

O deslumbramento com o “avanço” industrial e a sociedade de consumo, passava a ser contestado com mais força a partir da década de 1970 pelos dados de devastação ambiental, poluição e extinção de espécies animais e vegetais. E desta forma, em

²⁰ Documento final da Mesa Redonda de Santiago do Chile.

²¹ Documento final do Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia.

poucas décadas de exploração intensa dos recursos naturais, passamos de uma escala de problemas locais para uma escala planetária. Alcançamos atualmente, por exemplo, o risco do aquecimento global e da continuidade da raça humana.

É neste contexto também, que se realiza em 1972 a Conferência de Estocolmo, a primeira conferência mundial organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) para tratar do meio ambiente. Em sua declaração, o homem é colocado como “obra e construtor do meio ambiente”, ressaltando sua responsabilidade sobre “a obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras”.

Poderíamos entender a proposta museológica da Nova Museologia, de menor foco no colecionismo, ou no objeto fetiche, como também, a ampliação do conceito de museu tradicional, até então vigente, centrado em uma edificação, como questionadora exatamente desta sociedade, desconectada do seu meio ambiente e direcionada para a exacerbação da posse.

A glamorização dos objetos, em qualquer escala e contexto, funcionando como engrenagem para o consumo cada vez maior, a fim de gerar lucros extremados e concentrados para uma pequena parcela da população. Como consequência inerente, a exploração econômica e social das comunidades humanas mais frágeis, em conjunto com seus recursos naturais.

A necessária equidade social, econômica e ambiental está longe de ser conquistada, a mesma sociedade que alcança espetaculares avanços tecnológicos e científicos, ainda busca dar condições mínimas de acesso e/ou manutenção de todas as pessoas do planeta acima da linha de miséria. Ainda buscamos estabelecer formas de crescimento da sociedade, com o imprescindível uso de recursos naturais, mas que venham manter a capacidade de recuperação da biosfera terrestre.

Dentro do processo de evolução do pensamento museológico apresentado, a questão social, sempre presente, também sofre transformações e adquire novos contornos. Como abordada na Declaração de Caracas²² de 1992, onde são reafirmados os conceitos norteadores do documento de Santiago, porém com uma visão de patrimônio estendida para o entorno, de forma que o território

²² Documento final do Seminário “A Missão do Museu na América Latina hoje: novos desafios”, realizado em Caracas, Venezuela.

pudesse interagir com maior determinação. Entende-se que o museu precisa estar inserido nessa trama social, atuante de forma direta e específica junto com comunidade local. Assim, muda-se o entendimento sobre as formas da sua atuação participativa, não bastando mais se manter somente no papel de conscientizador social ou gestor patrimonial. (HORTA, 2010)

De formulação mais recente, é possível também destacar os conceitos colocados pela Sociomuseologia, concentrada na busca pelo entendimento das questões contemporâneas da nossa sociedade. Onde a valorização do Patrimônio Cultural deve ser colocada frente ao fenômeno avassalador da urbanização, ou da urgência de estabelecermos uma nova relação com o meio ambiente. Dado o evento complexo, é ressaltada pela sua base teórica a necessária abordagem interdisciplinar e a articulação com a sociedade de forma generalizada, coletiva e individualmente, para uma instituição museal que pretende ser adaptável e pró-ativa. (MOUTINHO, 2007)

A proposta conceitual deste Museu do Território é exatamente de colocar a museologia como promotora dessa integração, entre os bens de Monte Alegre do Sul, seja o patrimônio edificado ou ambiental, tratando-se do tangível ou intangível, com a população local. Essencialmente gerando uma maior compreensão sobre os valores do lugar e buscando formas de preservação e difusão desse patrimônio e de um desenvolvimento social dessa comunidade.

Dentro disso, uma condição fundamental, reforçada pela base conceitual da Sociomuseologia, é a participação ativa da população local em um processo de cogestão.

A partir desta participação, na concepção, na execução e na gestão dos museus, busca-se oferecer possibilidades de formação e reflexão coletiva, em ação e reação com o meio. Um processo de educação patrimonial que crie um entendimento sobre a responsabilidade coletiva frente ao patrimônio e sua importância também como capital coletivo (VARINE-BOHAN, 2007).

O museu parece estar fadado a contribuir para a emergência de um interesse comum no amago do espaço público [...] uma reflexão coletiva a propósito do patrimônio, do ponto de vista tanto da filiação e identidade, quanto da experiência relativamente à alteridade²³. (POULOT, 2013, p.12)

A questão da identidade, colocada na citação de Dominique Poulot, está diretamente ligada à faculdade da memória, que é fundamental no trabalho exercido pelos museus.

A construção da memória, feita pelos museus, busca através de um processo contínuo, a formação e a transformação dessa identidade. Nesse processo, o patrimônio é entendido como uma herança, como o fio condutor de ligação de diferentes gerações, ressaltando a importância do conhecimento do passado para a construção do presente e a projeção do futuro, sempre ligado à identidade dessa comunidade.

Dentro desse contexto, é preciso entendermos a museologia e o patrimônio em todas as suas camadas, e também a integração e as sobreposições dessas duas disciplinas do saber, que se baseiam nas teorias de salvaguarda. Ambas acompanharam um processo de ampliação do pensamento preservacionista, ligado inicialmente à significação e ressignificação do objeto ou da edificação, e que passou posteriormente a um discurso que incorporou o patrimônio ambiental e também o imaterial como bens da humanidade.

Como visto no campo da museologia, no caso dos Ecomuseus, a paisagem é incorporada como meio e acervo, seja construída ou vegetada, e também representada pela comunidade e suas práticas, seus saberes e fazeres, em consonância direta com conceitos do Patrimônio Ambiental Urbano e dos bens intangíveis.

²³ Característica, estado ou qualidade de ser distinto e diferente, de ser o outro. Dicionário Michaelis. Disponível em < <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/alteridade/>> . Acesso em 29 de novembro de 2017.

A salvaguarda como ação preservacionista, seja pelo tombamento, ou pela musealização, baseada somente nos valores materiais, ainda se apresenta de forma muito forte e predominante na compreensão geral da sociedade, possivelmente em razão do próprio percurso histórico de evolução do pensamento preservacionista, e também pela mais simples compreensão do seu valor, dada a sua materialidade.

O patrimônio imaterial, como conceituação relativamente recente, de fato regulamentada pela UNESCO na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, realizada em 2003, ainda impõe diversos desafios que passam inclusive pela melhor forma de ser aplicada, inclusive de forma pragmática, como metodologias para sua avaliação, seleção e proposição (FABRE, 2006).

O entendimento de que ambos os bens, material e imaterial, são indissociáveis e interdependentes é sem dúvida o caminho para as melhores práticas de salvaguarda.

Poderíamos dizer, como exemplo simplista, que a salvaguarda de um edifício como conceito vai além das aparências, pois é entender o valor de seus tijolos, seu corpo, mas também sua função como lugar de determinada prática social, sua alma, e o que ambos representam como imagem²⁴ para as pessoas que vivenciaram e continuarão a vivenciar aquele edifício, em seus espaços e entornos.

Se olharmos pela escala do objeto, ao invés do edifício, poderíamos colocar a citação abaixo, de Hugues de Varine, como uma expressão dessa ideia e de como o processo de musealização pode estar relacionado a esses valores.

“Todo objeto que mantém, para seu possuidor natural, seja um valor funcional, seja emocional, deve permanecer fisicamente em seu lugar e, a este título, fazer parte da coleção geral; todo objeto que perdeu tanto seu valor funcional como emocional e que representa

²⁴ Reprodução na mente de uma sensação ou percepção anteriormente vivida ou sentida. Dicionário Michaelis. Disponível em < <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/alteridade/>>. Acesso em 29 de novembro de 2017.

um testemunho necessário à comunidade e à sua história ou de seu ambiente, deve ser recolhido e depositado nas reservas do museu, para ser ali conservado e utilizado" (Varine-Bohan, Apud BARBUY, 1995, p.219)

Colocamos assim as bases recentes do pensamento Museológico, que reforçam essencialmente a questão social, dentro de uma evolução que vem de encontro com uma preocupação sobre os problemas da sociedade contemporânea. A partir desse entendimento, e da sua inserção, nessa sociedade que se apresenta desconectada dos seus valores fundamentais, é que a cultura pode contribuir como um instrumento de reversão desse quadro.

3.2. O Museu do Território Líquido

Este Museu do Território, orientado pelos corpos fluviais, dentro do recorte da zona urbana central da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul, é pensado como uma conjunção de usos e sentidos, onde além da fruição espacial proporcionada pela nova paisagem e suas relações entre espaços vegetados e construídos, possa ser agregado um novo componente, de conteúdo museológico.

Imagina-se que a água, como elemento, também poderia conduzir a linha principal de conteúdo deste museu, configurando-se no conceito gerador, e organizando através dela as demais relações, por exemplo, com o cotidiano, o trabalho, o lazer, os sistemas ambientais, o patrimônio urbano ambiental, entre outras.

Esse conteúdo poderia ser transmitido usando o próprio lugar, suas estruturas, equipamentos e o mobiliário urbano de uso cotidiano, dissolvendo os tradicionais espaços e suportes expográficos e principalmente valorizando a própria cidade. Textos, imagens, audiovisuais poderiam ser instalados e sobrepostos fisicamente sobre bancos, árvores, postes, lixeiras, pontes, passarelas, escadarias, entre outros locais. Um conteúdo digital também poderia compor o sistema expográfico e ser acessado virtualmente, via hardwares móveis com interação direta ao momento da visita, por exemplo, através de QR Codes²⁵.

Dessa forma, seria possível unir o necessário equilíbrio do espaço de convivência social e apreensão cultural ao uso das tecnologias de comunicação e informação. Evidenciando através do conteúdo e da diversidade de ferramentas expográficas um paradoxo contemporâneo, segundo o qual o uso generalizado das tecnologias e a banalização do acesso reforçam de certa forma as virtudes e a necessidade do lugar, do presencial, do espaço público onde as trocas sociais possam de fato acontecer (ASCHER, 2010).

²⁵ Quick Response Code (QR Code) é um gráfico 2D que pode ser lido pela câmera de telefones móveis e que disponibiliza informações através textos e páginas da internet com conteúdos pré-estabelecidos.

Para a leitura da proposta do Museu do Território Líquido, é apresentada uma subdivisão de camadas, conforme metodologia proposta por Bernard Leupen no livro “Projeto e Análise”. O autor define o contexto pela formação de sucessivas capas, camadas que agregam complexidade ao lugar, e o projeto sendo uma nova capa adicionada, que se combinará com as existentes e determinará um novo contexto para futuras intervenções (LEUPEN, 1999).

Outra metodologia adotada foi a proposta pelo professor Ulpiano T. B. de Meneses em *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas* (2012), que indica cinco valores de avaliação, os quais representam o caráter imaterial e material do patrimônio e as relações flexíveis entre eles. São eles os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos.

Sendo assim, para a análise do projeto e do contexto, definimos cinco camadas, a saber: água superficial, vegetação, conexão, água subterrânea e transposição.

Água superficial

Mapa 14: Proposta – Camada água superficial

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor

Água superficial

A proposta de transformar as áreas de borda dos rios e lagos em espaços de estar e lazer, conectados por um percurso linear, junto às margens renaturalizadas, pode ser entendida como um resgate de aspectos de valor afetivo e cognitivo, ligados à memória de formação dos primeiros caminhos abertos pelos sertanistas. Ao desbravarem o território, eles se utilizavam de trajetos menos íngremes, invariavelmente localizadas nos fundos de vale.

Assim, propomos um resgate da história da região em conjunto com uma leitura contemporânea do território, reestruturadora e socializante, e não mais pelo caráter exploratório, mas ainda através da sua formação topográfica e do regime de fluxo das águas.

Esse percurso de aproximadamente 3,4 quilômetros, formado por trilhas e pequenas passarelas de travessia, está conectado à mata ciliar e a diversos lotes de borda, que fazem a transição com os demais percursos e lugares da cidade e do projeto.

A viabilização desse percurso, e do próprio Museu, passa necessariamente pela recuperação e consolidação das Áreas de Preservação Permanente (APP), em conjunto com espaços que possibilitem a aproximação à borda d'água, para que se efetive seu uso pela população com práticas de lazer, mas que tenham baixo impacto sobre a área de proteção.

De caráter primordial é também a qualificação ambiental do sistema de saneamento básico da cidade, principalmente a urgente implantação de um sistema de tratamento de esgotos para que essa carga poluidora não seja mais despejada nos rios.

Algumas outras ações, ligadas à melhoria do sistema ambiental poderiam ser descritas, como por exemplo, a implementação de sistemas de infraestrutura verde e azul, que seriam compostos por biovaletas, lagoas pluviais, jardins de chuva e sistemas de tratamento de água por wetlands construídas. Não existem ocorrências de alagamentos no recorte de estudo, porém, estes são

sistemas que podem contribuir para melhoria da qualidade da água que retorna aos rios, e em conjunto com a rede convencional de drenagem podem diminuir o volume de água direcionado, otimizando seu uso e manutenção.

A implementação desses sistemas, em conjunto com o alargamento e renaturalização de trechos da calha dos rios, juntamente com os novos caminhos e espaços de utilização pela população, integrando os corpos d'água às demais estruturas da cidade, objetiva uma aproximação física e sensível, que resulte em um envolvimento cada vez maior da comunidade local com as questões de preservação do lugar.

Como forma de abordar um conteúdo museológico, que possa ser transmitido aos visitantes, a água como elemento fundamental à vida poderia ser contextualizada. A proposta consiste em expor ao longo desses percursos e espaços junto aos rios, conteúdos que devem abordar seu valor ético e suas questões sociais, ressaltando seu valor como bem de uso comum do povo, de livre acesso e com fundamental função social.

Ao falar sobre o resgate dos caminhos sertanistas e o desbravamento inicial do território, como vínculo afetivo e cognitivo, também se faz necessário abordar seus valores éticos, por exemplo, ligados à dizimação dos povos indígenas, em uma proposta de metodologia que discuta conflitos em todas as suas possibilidades de integração de conteúdo.

O museu contemporâneo deve transcender suas obrigações “científico – documentais” e passar a discutir todos os passados, todos os credos, todos os extratos sociais, todas as justiças e injustiças, livres de amarras políticas e sociais, para que sua maior responsabilidade, que é a formação crítica da sociedade, possa ser plenamente exercida (MENESES, 1994).

Nesse contexto, o uso histórico da água como força motriz também poderia ser explorado como conteúdo. A apropriação do lugar, pelo entendimento da topografia e das águas, induziu o uso de locais estratégicos para a montagem de moinhos e monjolos que funcionavam a partir do fluxo das águas. Assim, como em tantos outros usos, como na lavagem dos grãos de café, na rega da lavoura, ou no próprio consumo para abastecimento, ao final, invariavelmente, a água retorna para o leito dos ribeirões, riachos e rios.

Dessa relação com a água, ligada ao cultivo e ao trabalho, também é possível ressaltar a contribuição da população africana, que está inserida em todos os setores da nossa sociedade, da exploração econômica da força do trabalho escravo, até a religião, a comida, a linguística, entre outros.

Também como contribuição de diversos valores, inclusive ético, ligada ao trabalho, não se pode deixar de citar a relação entre imigrantes e fazendeiros, muitas vezes de embates, resultantes do sistema de trabalho livre. E como imigrantes italianos, portugueses, alemães e outros, com as suas diferentes culturas se inseriram no novo ambiente.

Outras relações com a água, ligadas às questões atuais da nossa sociedade poderão ser tratadas no âmbito do lugar onde o próprio projeto lidou com o tema, aliando prática e teoria em um processo de aprendizagem não convencional. Por exemplo, em determinado trecho onde foi proposta uma lagoa de retenção e outros sistemas naturais de drenagem e tratamento, é possível falar sobre o ciclo da água, degradação dos rios, saúde pública, saneamento básico, renaturalização e a importância da mata ciliar.

Vegetação

Mapa 15: Proposta – Camada vegetação

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor

Vegetação

As áreas vegetadas, dentro do recorte proposto, caracterizam-se especialmente pelas áreas de preservação permanente localizadas nas bordas dos corpos d'água, especificamente, na borda dos córregos Monte Alegre, Dona Hortência e dos Godois, do Ribeirão Monte Alegre, do Rio Camandocaia e dos lagos de retenção. Estes, com função de lazer ou de abastecimento, mesmo artificiais, mas formados pelo fluxo natural de água, devem ter suas margens resguardadas pela área de vegetação de APP.

Este estudo projetual, apoia-se na legislação do Novo Código Florestal²⁶, que possibilita a regularização fundiária e o uso de áreas de proteção permanente, para implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer, atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas, configurada pela referida lei como de interesse social.

Sendo assim, as camadas de sobreposição apresentadas, integradas aos demais elementos do patrimônio cultural de Monte Alegre do Sul, buscam dialogar também com os requisitos determinados pela lei, considerando um hipotético processo de regularização fundaria para implantação da proposta do Museu de Território. Os requisitos, descritos no artigo 64º, determinam o levantamento da situação ambiental, a implementação de sistemas de saneamento básico, prevenção e controle de riscos geotécnicos e de inundações, a recuperação das áreas degradadas, a melhoria das condições de sustentabilidade urbano ambiental, a melhoria da habitabilidade e a garantia de acesso público aos corpos d'água.

Todos os requisitos descritos acima impactam na questão das áreas vegetadas, porém, os itens de recuperação das áreas degradada e de melhoria das condições de sustentabilidade urbano ambiental, que inclui a proteção das APPs, tratam de forma direta dessas áreas, que devem ser entendidas e valorizadas como bens patrimoniais, de fundamental função ambiental, social e econômica para nossas cidades.

²⁶ Novo Código Florestal, lei 12.651/2012. Alínea "c", inciso IX do artigo 3º e artigo 64º.

De forma pragmática, em uma aproximação entre o conceito formal de sustentabilidade²⁷ e patrimônio ambiental, é possível argumentar que para a preservação e transformação de tantos outros bens materiais e imateriais, de resgate da memória e consequente formação da identidade de qualquer comunidade, é preciso se manter a disponibilidade de recursos naturais. A fauna e a flora como fonte de matéria prima, de biodiversidade e de qualidade de vida, ressaltando seu valor como provedor de conhecimento, ou de valor pragmático, não só pelo significado de utilidade, mas também pela sua virtude de autorregeneração. Mais do que isso, o patrimônio ambiental deve ser entendido também como lugar, de valor concreto e simbólico, formal e afetivo, para o exercício pleno das práticas sociais (ARANTES, 2009).

Nesse contexto, a construção de um conteúdo museológico poderá discorrer sobre os diversos valores acima citados, relacionando a vegetação e a água como bens interdependentes e constituintes do patrimônio cultural de Monte Alegre do Sul. Onde o uso livre, com atividades de lazer de baixo impacto e com função educacional, sobre essa faixa vegetada, primordialmente de preservação permanente, possa impactar positivamente no desenvolvimento social e na conscientização ambiental, a partir da vertente cultural.

²⁷ Conforme o Relatório Brundtland, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento é proposto o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

Conexão

Mapa 16: Proposta – Camada conexão

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor

Conexão

Esta camada, formada por lotes de borda d'água e algumas edificações, interliga-se às demais, expandindo as áreas de borda imediata dos corpos d'água, criando conexões e miscigenações com as demais estruturas da cidade.

Após a faixa de preservação permanente dos rios, de viés primordialmente ambiental, alguns lotes de borda foram incorporados ao projeto, com o objetivo de dar acesso aos rios e promoverem uma interligação efetiva com outros fluxos e atividades da cidade. Conectando a linha d'água e a faixa de APP com as calçadas, ruas, pontes e passarelas, ou com comércios, serviços e equipamentos de lazer, cultura e educação, sejam existentes ou novos.

A efetivação do Museu passa pela consolidação dessas áreas lindeiras, sejam pertencentes ou não às APPs. São áreas públicas ou privadas, que carregam uma diversidade de características, podendo ser um lote ocupado ou desocupado, de acordo ou desacordo com a legislação, de interesse público ou com função social.

Sua incorporação, na proposta de configuração linear e contínua do Museu, depende na prática de instrumentos legais da administração pública, que possam ser usados de forma específica em cada trecho do recorte proposto.

Primeiramente, é preciso ressaltar a imprescindível necessidade do desenvolvimento de um plano diretor para o município, mesmo considerando a não exigência pela lei²⁸. Os demais instrumentos relacionados poderiam ser, por exemplo, a criação de um zoneamento que favoreça a integração da borda dos rios, o uso de recursos privados (outorga onerosa, transferência de potencial construtivo e doação da área) e de recursos públicos (desapropriações, termos de compensação ambiental e termos de ajuste de conduta).

²⁸ Conforme a Lei 10.257/2001. Estatuto da Cidade, Capítulo III, artigo 41º

Dessa forma, o museu proposto e mais especificamente a camada em questão, seria a estruturadora de um sistema que poderá ser constituído de espaços públicos ou privados, livres ou construídos, permeados por suas complexidades e futuras desvirtuações. Inevitavelmente, essas premissas de integração e sobreposição de espaços e usos, nos levam a pensar em lugares de caráter híbrido, que possam agregar mais valor para o uso cotidiano das pessoas, mas que também possam respeitar as características de cada local e estabelecimento.

“Afastando-se das determinações legais, de seu raciocínio classificatório e ‘separatista’, e se aproximando da realidade concreta, observa-se forte hibridismo entre espaços livres que integram oficialmente um ou outro subsistema de espaços livres (viário, de lazer, de conservação ambiental), mas que, na prática desempenham mais que um papel (circulação, convívio, drenagem, conexão ecológica etc.)” (QUEIROGA, 2012, p.127).

Dentro dessa colocação, é primordial ressaltar a importância dos espaços públicos como articuladores da cidade, e viabilizadores de uma nova relação de convivência entre os rios, os demais espaços da cidade e a população, tornando-se estruturadores de novos caminhos e ligações, relacionando espaços, conectando edificações e usos.

“O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas e de relacioná-las umas com as outras e de separá-las” (ARENDT, 1991, p.62).

Efetivamente alguns desses lotes poderiam suprir outros espaços e construções que, por exemplo, foram suprimidos para a devida recomposição da área de proteção permanente ou para a renaturalização dos corpos d’água com alargamento e possibilidade de inundação das suas margens. Como é o caso do trecho onde estão hoje o campo de futebol e a piscina pública, e foram suprimidas duas quadras cobertas por estarem muito próximas do ribeirão Monte Alegre. Mantendo o perfil esportivo deste trecho, alguns lotes, cujos fundos são voltados para o rio e a frente para a cidade, poderiam receber novas quadras, providas de edificações

de apoio como banheiros e lanchonetes, e desta forma fariam a conexão entre a borda do rio, os demais equipamentos esportivos do entorno e outras atividades da cidade, como comércios e serviços.

Algumas edificações existentes também poderiam ser utilizadas como pontos de conexão do Museu do Território Líquido às demais estruturas da cidade. Por exemplo, edificações hoje desocupadas poderiam servir, em acordo mútuo entre agentes públicos e privados, como pontos de informação, pequenas exposições temporárias e locais de intervenções artísticas. Outras edificações, de significativo valor patrimonial, como a antiga prefeitura, a estação ferroviária, o Santuário do Bom Jesus, entre outras, também poderiam ser usadas como conexões ao Museu. Mantendo seu uso histórico ou cotidiano, poderiam ser criadas ligações, sejam físicas ou através do conceito gerador. A água, enfim, está sempre presente, até mesmo na pia batismal do Santuário do Bom Jesus.

O conteúdo museológico, se efetiva então, através da argumentação dessas questões sobre o patrimônio ambiental urbano, suas interligações e valores éticos e cognitivos, ligados à ocupação histórica das margens dos rios, muitas vezes predatória e desordenada, ao direito à propriedade e a função social da terra. Esse conteúdo poderia também estar ligado à questão ambiental, por exemplo, possibilitando o entendimento sobre a importância das áreas de inundação nas bordas dos corpos d'água e sua função ecológica e paisagística, entre outros aspectos.

Água subterrânea

Mapa 17: Proposta – Camada água subterrânea

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor

Água subterrânea

Devolver a possibilidade da população se aproximar das margens dos rios, e desfrutar desse contato direto com a água, também poderia criar novas conexões com o entorno imediato, seja de forma alusiva ou literal, através de equipamentos novos ou existentes. Como o conjunto hídrico formado pelo Balneário e as onze fontes de água mineral espalhadas pela zona urbana de Monte Alegre do Sul.

Mesmo com a manutenção precária ou reformas equivocadas, todas as fontes localizadas na zona urbana, e o balneário, preservam tanto seu valor pragmático, de uso, como uma identidade visual e uma forte carga simbólica de ligação dos moradores com a água. Como pequenas capelas e altares, as fontes são verdadeiros santuários onde a água jorra incessantemente, servindo ao morador que enche seus garrafões e também ao visitante, que faz uma parada em seu passeio para tomar um gole de água fresca (Fotografia 22 e 23).

Fotografia 22. Fonte de água mineral na Avenida Viriato Valente

Fonte: acervo do autor

Fotografia 23. Festa de Agosto (festa do padroeiro e do aniversário da cidade)

Fonte: acervo do autor

O valor cognitivo, atribuído às fontes e ao Balneário, justifica-se pela ligação de ambos à história de formação e desenvolvimento da cidade, com seus usos e costumes, e também aos materiais e técnicas empregadas, desde o ferro fundido das torneiras, às alvenarias de tijolos de barro ou os murais de azulejos.

A ambiência que esses locais proporcionam ao observador, através da sua estética e da sua implantação urbana, formando largos, pequenas praças, pontos de interesse nas esquinas ou confluências, atribuem valor formal a estes equipamentos, valores ligados à percepção e ao sensorial.

Todos esses valores são ressaltados e reforçados no projeto proposto através de uma ação projetual frugal, que é a unificação e nivelamento do calçamento. Este novo elemento proporciona acessibilidade para o transeunte, colocando o novo pavimento na mesma cota de nível das calçadas do entorno, e proteção, pela elevação em relação ao leito carroçável. A unificação do calçamento foi avaliada considerando o entorno imediato de cada fonte, e assim, eventualmente, avança para englobar outras ruas, edificações e praças, valorizando eixos visuais e a ambiência entre as fontes, o balneário e os demais elementos do patrimônio ambiental urbano, funcionando como interligação desta camada com as demais e como leitura do território e do projeto.

Da mesma forma como descrito nas camadas anteriores, a proposta de conteúdo museológico consiste em expor em todos esses novos espaços, conteúdos originados no conceito gerador e que tenham relação com a referida camada das fontes e do balneário. Alguns temas propostos poderão discorrer sobre os valores patrimoniais que citamos acima, ressaltando o valor cognitivo da técnica construtiva ou o valor afetivo, pela carga simbólica das fontes.

Outras questões, que não deixam de estar relacionadas com os valores patrimoniais, como conservação e reuso da água, escassez, qualidade e conservação dos aquíferos, também poderão ser organizados como conteúdos integrados, contribuindo para esse processo de ressignificação das fontes de água mineral.

Transposição

Mapa 18: Proposta – Camada transposição

Fonte: EMPLASA, modificada pelo autor

Transposição

A camada que ressalta as pontes e passarelas dentro do recorte proposto, parte da identificação inicial dessas estruturas na cidade como locais de transposição dos cursos d'água e conexão com as demais estruturas de circulação viária, notadamente o leito carroçável e o sistema peatonal de calçadas. Essas estruturas, porém, guardam outras relações e valores.

A antiga ponte de ferro (Fotografia 24), por exemplo, que servia para transposição do rio Camandocaia pela linha férrea da Companhia Mogiana, guarda por si só valores cognitivos, ligados pela materialidade da técnica empregada na construção em ferro, e pragmáticos, pelo valor simbólico do trabalho. Considerando também outra relação, através do valor afetivo, poderíamos entender que a memória e a identidade dos moradores estão ligadas com a ferrovia pela sua conexão com uma época de prosperidade econômica da região, durante o segundo ciclo do café.

São também locais de tensão, provocada pelo encontro e sobreposição das águas e também de ligação, pela perspectiva panorâmica que se abre das pontes para o próprio rio e para a vegetação circundante, assim como para os outros elementos do entorno.

O projeto sugere então reforçar estas vocações de ligação e de tensão, junto aos valores pragmáticos, do uso, da valorização do trabalho, da técnica e do esforço humano na construção dessas estruturas que se adaptam ao território, e ao mesmo tempo o transformam. Para tanto, são propostas novas estruturas, compostas por pisos, passarelas e escadas, que se apoiam nas pontes existentes, e em uma relação de simbiose criam novos usos para além da simples passagem, avançando sobre a função meramente viária, criando novos acessos aos rios, mirantes e locais de lazer.

Sobre o conteúdo, seria possível colocar alguns dos pontos citados, como o esforço de interpretação e adaptação ao território, com sua topografia acidentada e de numerosos cursos d'água, e os valores ligados a isso, de conhecimento histórico, técnico e mesmo afetivo. Outras relações também poderiam ser feitas através da ligação entre a estrada de ferro e a produção de café, por exemplo, a prosperidade das fazendas e a influência política e econômica dos fazendeiros na construção da estrada de ferro para o escoamento da produção. Seguindo uma relação histórica, também é possível apresentar os vínculos econômicos mundiais e o impacto da crise de 1929 no declínio da produção, da região e da própria ferrovia, e tantas outras relações.

Fotografia 24. Ponte sobre o rio Camandocaia da antiga Companhia Mogiana

Fonte: acervo do autor

Projeto

Mapa 19: Implantação Existente

Mapa 20: Implantação Proposta

Mapa 21: Proposta – Ampliação 1

Mapa 22: Proposta – Ampliação 2

Mapa 23: Proposta – Ampliação 3

Mapa 24: Proposta – Ampliação 4

Ilustração 8: Corte AA – eixo – fonte – trem – rio – escola - fonte

Ilustração 9: Corte AA – eixo – fonte – trem – rio – escola – fonte

Fotografia 25: Existente – Vista 1

Ilustração 10: Proposta - vista 1 – Novos acessos do bairro Jardim Girardelli à borda do Rio Camandocaia

Fotografia 26: Existente – Vista 2

Ilustração 11: Proposta - vista 2 – Nova Praça da Fonte Hidromineral e Estação da Companhia Mogiana

Fotografia 27: Existente – Vista 3

Ilustração 12: Proposta - vista 3 – Ponte, passarela e novas interligações na foz do Ribeirão Monte Alegre

Fotografia 28: Existente – Vista 4

Ilustração 13: Proposta - vista 4 – Ponte e novas interligações com o Ribeirão Monte Alegre

Fotografia 29: Existente – Vista 5

Ilustração 14: Proposta - vista 5 – Novo parque junto aos reservatórios de água do Município

rio camandocaia
caminhos de borda d'água

trecho de borda do rio com
vegetação densa e sem
construções

decks suspensos e
ponte existente com novas
conexões com o rio

mirante do cristo redentor
novo teleférico com ligação
mirante / borda do rio / balneário

abertura da canalização do ribeirão
com nova ligação do lago existente e
a borda do rio

vista 1
novas travessias e ligações entre
o bairro e o rio através de praças
localizadas nos finais das ruas.

lago e fonte existentes
unificação do pavimento

sistema de infraestrutura verde
para microdenagem urbana com-
posto por biovaletas instaladas
no jardim girardelli, bairro com
urbanização mais recente e ruas
mais largas.
Condução das águas para o rio
camandocaia em trecho renaturali-
zado e com lagoas de retenção

legenda

- campo, pasto e plantação
- mata existente
- vegetação de recomposição da APP

ribeirão monte alegre

antiga estação ferroviária e
fonte de água mineral
unificação do pavimento
mudança de uso para museu
da memória ferroviária

vista 2

reativação do trecho de trilho
existente para passeio turístico
com a locomotiva entre a
estação e a nova praça

rio camandocaia
caminhos de borda d'água

nova praça de chegada da locomotiva e integração com a borda do rio camandocaia

demolição do galpão apoio aos
serviços de coleta de resíduos
sólidos e demolição e realocação
de novas unidades habitacionais

sistema de infraestrutura verde
para microdrenagem urbana
com jardim de chuva interligado
ao sistema de biovaletas

antiga ponte de ferro pra
travessia do trem
novas ligações com a
praça proposta e com a
borda do o rio

legenda

campo, pasto e plantação

mata existente

vegetação de recomposição
da APP

0

100m

caminhos de borda d'água
córrego monte alegre

demolição de quadras esportivas para consolidação da borda d'água como área de preservação permanente

nova área habitacional para suprir remoções de áreas de risco em APP
unidades unifamiliares de baixo gabarito e alta densidade

proposta de alteração de uso da fábrica existente transformando os galpões em espaço cultural e de eventos para atender a demanda turística, mantendo a proximidade com a zona urbana

escola pública existente

campo de futebol existente

piscina pública existente
nova relação com o ribeirão através da piscina natural formada pelo represamento do curso d'água

novas quadras esportivas
relocadas para lotes de conexão com a borda do ribeirão monte alegre

vista 4
ponte existente sobre o ribeirão monte alegre

santuário do bom jesus e caminho da via sacra

fonte e praça central
novo desenho da praça com canteiros inspirados na configuração clássica original e considerando os fluxos

corte BB - eixo
fonte - igreja - praça - ribeirão - fonte
unificação do pavimento

vista 3
ponte existente sobre o rio camandocaia
novos acessos ao rio, decks e nova passarela

corte AA - eixo
fonte - trem - rio - escola - fonte

legenda

- campo, pasto e plantação
- mata existente
- vegetação de recomposição da APP

estrada para serra negra

reservatório de abastecimento
existente
sobreposição do uso de lazer
sobre o funcional
recomposição da mata ciliar
e implantação de sistemas de
infra estrutura verde através do
pré tratamento da água por
weatlands construídas nas
margens e flutuantes

vista 5

legenda

campo, pasto e plantação

mata existente

vegetação de recomposição
da APP

0 100m

CORTE AA EIXO - FONTE_TREM_RIO_ESCOLA_FONTE 0 25m

Capítulo 4 – Considerações Finais

Sobre o olhar lançado à Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul e seu reflexo em tantas outras cidades semelhantes, percebemos que estamos, sem dúvida, longe de uma discussão ampla, ou de realizações práticas ideais sobre o uso e conservação dos nossos bens patrimoniais em benefício de um desenvolvimento social comum.

É possível citar, como exemplo, a estarrecedora inexistência de tratamento de esgoto no município, e o prejuízo deste fato à qualidade da água, uma vez que o mesmo é lançado diretamente em seus rios e ribeirões, prejudicando o uso dessas águas pela própria comunidade e pelos municípios que estão à jusante.

Também o fato de pequenas cidades como Monte Alegre do Sul, com menos de 20 mil habitantes, ou não enquadradas entre as demais determinações do Estatuto das Cidades²⁹ não terem a exigência legal de elaboração do plano diretor. Tal realidade prejudica de forma determinante um planejamento urbano, que possa entre outras medidas, estabelecer instrumentos para o ordenamento urbano, o controle do uso e de ocupação do solo, a fiscalização e a conscientização popular.

Destacando os pontos focais da pesquisa, é interessante perceber que a dimensão ambiental está diretamente ligada à cultural. Para um entendimento integral de território, se faz necessário perceber o ambiente como relação de usos e costumes, e também como gerador de matéria prima e de pessoas, na medida em que por elas é moldado, mas também molda.

Talvez a cidade de Monte Alegre do Sul, como tantas outras no Brasil, participante de processos históricos importantes, com um patrimônio edificado significativo, de técnicas e formas de saberes e fazeres autênticas, expresse a vivência mais pura do patrimônio. Isso

²⁹ Conforme a Lei 10.257/2001. Estatuto da Cidade, Capítulo III, artigo 41º, são listados seis incisos que determinam a obrigatoriedade pelo município de elaboração do Plano Diretor. O inciso IV aborda a obrigatoriedade sobre municípios integrantes de áreas de especial interesse turístico. Tal denominação é tratada na Lei nº. 6.513, de 20 de dezembro de 1977, e tem sido muito pouco aplicada na efetiva definição dessas áreas. A denominação “Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico” não deve ser confundida com a classificação de Monte Alegre do Sul pelo Governo do Estado de São Paulo como Estância Hidromineral e Estância Turística.

pelo fato de seus bens materiais e imateriais nunca terem sido preservados ou conservados seguindo as diretrizes patrimoniais dadas pelos órgãos públicos de preservação, cartas e documentos que formam a teoria patrimonial vigente. A cidade, sendo conservada, destruída e abandonada, enfim, modificada pelos processos naturais da sociedade em mudança e movimento constante, permanecendo viva.

Através desses bens e de algumas determinações de valor abordadas nos capítulos anteriores representamos uma primeira aproximação sobre o conteúdo que poderia ser tratado pelo Museu, sendo imprescindível que estas e tantas outras relações que estão presentes na formação do território de Monte Alegre do Sul sejam contextualizadas através de uma análise contemporânea.

Essencialmente, ir em direção ao movimento das últimas décadas, quando os Museus passaram, com mais frequência, a tratar de minorias, conflitos locais, ética e gênero. Onde a comunidade local esteja presente, junto aos especialistas, formulando essas questões e contribuindo para a construção da memória coletiva, gerando lugares e conteúdos que reflitam um entendimento das diferenças e semelhanças das culturas formadoras daquela sociedade.

O Museu como formador de uma identidade a partir da contestação da cultura ocidental, mantendo-se aberto para os múltiplos e mutáveis discursos da memória, contra a mercantilização e espetacularização que exclui uma aproximação crítica e acadêmica (POULOT, 2007).

O Museu do Território Líquido, representado primordialmente pelo vigor dos corpos d'água revelados para a cidade, destaca-se como um novo vetor das relações de uso e percepção da paisagem, a partir da integração do Patrimônio Cultural de Monte Alegre do Sul, da efetiva participação da comunidade local, e da sua contribuição no desenvolvimento social local.

Dentro disso, é essencial destacar sobre a proposta apresentada, do ensaio projetual sobre o denominado Museu do Território Líquido, a falta e o desejo de uma efetiva participação da população local, mesmo no âmbito da pesquisa acadêmica. Isso se justifica pelo fato de que talvez, o processo de participação popular seja o de maior importância entre todos os demais apresentados, pela sua possibilidade de disseminação de uma formação crítica para toda a sociedade.

“A lição é que o projeto político precisa ser essencialmente um projeto de sociedade em que os cidadãos, como sujeitos, tenham o direito e as condições de formular seus próprios projetos políticos” (MENESES, 1994, p.41).

A participação de cunho educacional na conceituação, viabilização e gerenciamento do museu, passa pela apropriação da população do seu território, pela reflexão sobre a determinação de valores de cada lugar, de cada objeto, de cada prática, da compreensão das múltiplas interações sobre os valores materiais e imateriais, e como esse processo contínuo de aprendizado pode contribuir para entendermos quem somos, quais são nossos valores pessoais e comunitários, e a partir daí construir um caminho de desenvolvimento social coletivo.

Aprendizado ligado também à dimensão estética, de uma nova configuração urbana, a partir da borda dos corpos d'água, que promova espaços agradáveis ao convívio, à experiência sensorial, ligada aos sentidos que esses novos lugares possam revelar. Onde seja possível a percepção dos ciclos de vida a que todos estamos envolvidos, homem, fauna e flora e suas inter-relações, através da apreensão do novo, de novas formas inesperadas, em conjunto com o resgate memorial e aliado às rotinas e práticas sociais cotidianas. (MEYER, 2008)

Pretendemos assim, a partir de todas as considerações colocadas sobre o Patrimônio Cultural da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul, estabelecer um olhar abrangente e integral sobre o território através do ensaio projetual do Museu do Território Líquido. Explorando novas possibilidades de desenho urbano e avançando na discussão de como tornar mais eficaz e significativo o uso e a conservação dos nossos rios de forma conjunta à valorização dos demais bens do patrimônio material e imaterial, e das práticas sociais ligadas a estes. Como estratégias fundamentais buscamos ressaltar a integração dos sistemas naturais e antrópicos, a participação da comunidade local e o olhar para diversas disciplinas, todos imprescindíveis para se alcançar resultados efetivos e equânimes, de menor impacto ambiental e de desenvolvimento social.

Bibliografia

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. São Paulo: **Ensaio Entreveros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2014**. Disponível em <http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/relatorios/relatorio_de_situacao_2014_v1.pdf > Acessado em 11.01.2017
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANAA). Atlas Brasil. Abastecimento Urbano de Água. Volume 2.
- ARANTES, Antônio Augusto. "Patrimônio e cidades". In: Fortuna, Carlos & Leite, Rogério Proença (org.) **Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 10 – 24.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ASCHER, Francois. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- AZEVEDO, Ruy Emmanuel Silva de. O novo Código Florestal e a flexibilização das intervenções excepcionais em Áreas de Preservação Permanente. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 3, n. 1, 2013.
- BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.3, 1995. p. 209-236
- BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acessado em 06.01.2017

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm > . Acessado em 12.02.2017

_____. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm > . Acessado em 15.04.2017.

_____. Lei 10.257/2001 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade, Capítulo III, artigo 41º, Inciso I. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm > . Acessado em 08.01.2018.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: < https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_225_.asp > . Acessado em 29.12.2017

_____. Lei nº. 6.513, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6513-20-dezembro-1977-366517-publicacaooriginal-1-pl.html> > . Acessado em 11.07.2018.

BONDUKI, Nabil / FERREIRA, João Sette Whitaker. **Pesquisa e análise de aplicação de instrumentos em planejamento urbano ambiental no município de São Paulo. Relatório 2 - Instrumentos Legais Necessários à Implantação de Parques Lineares.** Fundação para a Pesquisa Ambiental, 2006.

COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS. **Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. 2010 a 2020 – relatório síntese.** São Paulo: Cobrape Neoband Soluções Gráficas, 2011.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAEE). Banco de Dados Hidrológicos. Disponível em < <http://www.hidrologia.daee.sp.gov.br/> > Acessado em 11.01.2017

FABRE, Daniel. **Le Patrimoine Culturel Immatériel : Notes Sur la Conjecture Française**. La perte durable. Mission à l'ethnologie. Ministère de la culture, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Vinte anos depois de Santiago: A Declaração de Caracas (1992). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

HUSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/> > Acessado em 15.03.2016

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KUHLMANN, M e KUHN, Eduardo. **A Flora do Distrito de Ibiti**. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Instituto de Botânica, 1947.

LEUPEN, Bernard, et al. **Proyecto e Análisis: Evolucion de los principios em arquitectura**. Barcelona, Editora Gustavo Gilli, 1999.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Monte Alegre do Sul: Passeios da Memória**. Amparo: Gráfica e Editora Foca, 2011.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Apontamentos para a História de Monte Alegre do Sul**. Amparo: Gráfica e Editora Foca, 2010.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. A Construção do Santuário do Senhor Bom Jesus de Monte Alegre. In: MIRANDA, Evaristo Eduardo de Miranda. **O Senhor Bom Jesus de Monte Alegre do Sul**. São Paulo: Associação Pró-Memória, 2016.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Brève histoire de la muséologie, des inscriptions au musée virtuel. In: MARIAUX, P. A. (Ed.). **L'objet de la muséologie**. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, Institut d'Histoire de l'Art et de Muséologie, 2005. (Col.L'Atelier de Thesis, n. 2).

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012, p.25-39.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano" In: Mori, V.H. **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9.SR / Ipahn, 2006. p.35-76.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico". **Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material**, São Paulo, 1994, n-2, p. 9 – 42.

MEYER, Elizabeth K., "Sustaining Beauty: The Performance of Appearance". In: **Landscape Architecture**. October, 2008.

MONEO, Rafael. **Inquietação teórica e estratégia projetual**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

MONTANER, Josep Maria. **Arquitetura e crítica**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

MONTE ALEGRE DO SUL. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Relatório de Atividades, 2014.

MOTTA, Lia. **O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios**. Revista do Patrimônio, n. 22, 1987, p. 108 – 122.

MOURA, Newton Célio Becker de. **Biorretenção: tecnologia ambiental urbana para manejo das águas de chuva**. Tese de doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MOUTINHO, Mario Canova. A Declaração de Quebec (1984). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

MOUTINHO, Mario Canova. **Definição de Museu de Sociomuseologia – Proposta de Reflexão**, XIII Atelier Internacional do MINON, Lisboa, 2007. < <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-de-sociomuseologia-mario.html>> Acessado em 10.10.2017.

MUNHOZ, Mauro. **A borda d'água de paraty: Revitalização urbana sustentável a partir de seus espaços públicos de borda d'água**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

NESBITT, Keith. **Uma nova agenda para a arquitetura: uma antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

PACE, Maria José Tafner. **O Santuário do Senhor Bom Jesus de Monte Alegre do Sul: Breve História das Lutas e Conquistas**. Amparo: Gráfica Foca, 2016.

PÁDUA, José Augusto. **Produção, Consumo e Sustentabilidade: O Brasil e o Contexto Planetário**. Trabalho apresentado na Conferência Internacional Sul-Sul "Globalização, Dívida Ecológica, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade", realizada em Cotonou e Ouidah (República do Benin) de 26 a 29 de Novembro de 2001.

PELLEGRINO, Paulo R.M. / CORMIER, Nathaniel. Infraestrutura verde: uma estratégia paisagística para a água urbana. **Paisagem Ambiente**, São Paulo, ensaios nº. 25, 2008, p. 125 –142.

PELLEGRINO, Paulo R.M. / GUEDES, Paula P./ PIRILLO, Fernanda C. / FERNANDES, Salvio A., A Paisagem da Borda: uma estratégia para a condução das águas, da biodiversidade e das pessoas. In COSTA, Lucia M. S. A. (org.). **Rios e Paisagem Urbana em Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora/Editora PROURB, 2006. p. 57-76.

PESSOA, Fernando Santos. **Reflexões sobre Ecomuseologia**. São Paulo: Edições Afrontamento, 2001.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

POULOT, Dominique. “Le musée d`histoire em France entre traditions nationales et soucis identitaires.” **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, 2007. vol. 15, p. 293 – 316.

QUEIROGA, Eugenio. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 284 p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p.1-133.

RUBINO, Silvana. “Políticas de enobrecimento”. In: Fortuna, Carlos & Leite, Rogério Proença (org.) **Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 25 – 40

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editorada Universidade de São Paulo, 2006, p.1-71.

SÃO PAULO. SECRETARIA DO ESTADO DO GOVERNO. Decreto 26.882 de 11 de março de 1987. Declara Área de Proteção Ambiental Regiões da Bacia dos Rios Piracicaba e do Rio Juqueri-Mirim. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1987/decreto-26882-11.03.1987.html> >. Acessado em 06.01.2017

SECRETARIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL E FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Publicações da SPHAN, 1980.

SIJIMONS, Dirk. **Room for the River**, 2009

TORAL, Hernán Crespo. Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

VARINE-BOHAN, Hugues de. A Respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

VARINE-BOHAN, Hugues de. **Reflexões sobre um Museu de Território**, 2007. <
<http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>>. Acessado em 10.12.2017